

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE
POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER
PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES
QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

ATA Nº 003

PRESIDENTE - DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Boa tarde a todos!

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida por mim, com o objetivo de debater medidas que possibilitem a ampliação do acesso ao auxílio financeiro do Poder Público para as entidades que prestam atendimento aos dependentes químicos.

Convido para compor a mesa as senhoras e senhores: Dr. Jorge Luiz Tadeu Rodrigues, Juiz de Direito, neste ato representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, Desembargador Rui Ramos; o Juiz Mário Roberto Kono de Oliveira, do Juizado Especial Criminal Unificado.

O Dr. Mário Kono é uma referência no conhecimento e também na dedicação e recuperação dos dependentes químicos do Estado de Mato Grosso.

Uma salva de palmas para ele. (PALMAS).

Prezado Secretário Adjunto da Casa Civil, ilustre parceiro de toda luta, meu amigo José Adolpho de Lima Avelino Vieira; o Sr. Edinaldo Gomes de Souza, Secretário Adjunto de Políticas Educacionais, neste ato representando o Secretário de Estado de Educação, Marco Aurélio Marrafon; o Sr. Enéas Corrêa de Figueiredo Júnior, neste ato representando o Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, Coronel Siqueira.

O Coronel Siqueira me ligou hoje, pela manhã, está em Cáceres com o Secretário de Segurança, gostaria muito de estar aqui, mas o Secretário Enéas está junto com a equipe da Secretaria, que também está presente, participando ativamente deste debate.

Convido, ainda, a Sr^a Ana Carolina, Superintendente de Atenção à Saúde, representando o Sr. João Batista da Silva, Secretário de Estado de Saúde; a Coronel Zózima Dias dos Santos, Coordenadora de Ações Preventivas, neste ato representando o Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Rogers Elizandro Jarbas.

A Coronel Zózima é outra referência, uma lutadora.

Seja bem-vinda!

O Sr. Demárcio Guimarães, Assessor, neste ato representando o Secretário de Estado de Trabalho e Assistência Social, Sr. Max Russi; Dr. Osny Kleber Rocha Auresco, Defensor Público, neste ato representando o Defensor Geral, Dr. Silvio Jéferson de Santana; Sr. Benedito César Correa Carvalho, Procurador da Assembleia Legislativa; Sr^a Cleide Eliane de Souza, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; Sr. João Batista Pereira da Silva, Secretário de Estado de Saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Composta a mesa de honra, convido a todos para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(O HINO NACIONAL É EXECUTADO)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (EDSON PIRES) – A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa registra e agradece a presença das seguintes autoridades que compareceram gentilmente a esta Audiência Pública: Noelson Carlos Silva Dias, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Ordem Pública de Cuiabá; Paulo Roberto Santana Júnior, Assessor, neste ato representando a Secretária Municipal de Educação do Município de Pedra Preta, Sr^a Maria da Cruz; Sr^a Darci Bezerra, Coordenadora de Saúde Mental, neste ato representando a Secretária Municipal de Saúde, Elizete Araújo; Cel. Jaques, Coordenador do PROERD e Membro do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas; Thereza Modesto, Diretora do Centro de Recuperação Plenitude, do Município de Santo Antônio de Leverger; Fátima Martins, Presidente de Política sobre Drogas, do Município de Barra do Bugres; Germano Ferreira dos Santos Filho, representando o Centro de Recuperação Mundo Novo; Raimundo de Assis, Presidente da Tenda de Abraão; Morgana Moura, Presidente do Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso; José Luiz Pizzato, Presidente da Comunidade Terapêutica Resgate Liberdade; Vera Lúcia Honório dos Santos, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social; Gonçalo Agnolon, Presidente do Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas/Cuiabá; Silvana Mendonça, Presidente da Comunidade Terapêutica Valor da Vida; Miqueas Rodrigues Almeida, Coordenador Geral da Comunidade Linier, de Cuiabá; Pastor Teodoro de Souza, Presidente do Lar Cristão Feminino; Efrain Onésio Martins, Presidente da Comunidade Terapêutica Luz do Sol; Marcelo de Camargo, Presidente da Comunidade Terapêutica Vivare; Alonso Alcântara Moura, Presidente da Federação da Comunidade Terapêutica do Centro-oeste; Luiz Gonzaga, Presidente das Obras Sociais Anália Franco; Alessandro Godoy, Presidente da Associação Primeiro Passo; Marcia Rocha, Responsável Técnica de Política de Saúde do Homem e do Idoso da Secretaria de Saúde de Cuiabá; Cristiano Cordeiro, Guarda Municipal, Coordenador do Projeto Crack é Possível Vencer, do Município de Várzea Grande; Tiago Checchin, Diretor do Centro de Tratamento Merake; Dessire Santana Freitas, Diretora da Comunidade Terapêutica SOS Reviver, do Município de Várzea Grande; João Santana Botelho, Diretor-Geral do Centro Integrado de Atenção Psicossocial Adalto Botelho; Neusa Moura, Diretora do Centro Terapêutico Paraíso; Gilson Banegas, Diretor da Comunidade Vida Serena, de Várzea Grande; Davi da Silva Cardoso, representante em Mato Grosso da Associação de Redutores e Redutoras de Danos, Aborda; Sinéia Nazaré de Arruda, representando o Centro Expedito de Tratamento de Álcool e Drogas de Cuiabá; Thiago Henrique da Costa, Presidente da Associação Recomeço; Joaquim Curvo de Arruda, representando a Associação Resgatando Cidadania; Neil Valdeck, Presidente da Comunidade Terapêutica Monte Sinai, Várzea Grande; Antônio Carlos Moreira Alexandre, Presidente da Comunidade Terapêutica Resgatados por Cristo; Vinicius Fernandes, Presidente da União Estadual dos Estudantes e Conselheiro Estadual de Políticas sobre Drogas; Raul Lázaro dos Santos, Coordenador do Grupo Hip Hop em Ação, Prevenção de Dependências Químicas; Zuleica Padilha, enfermeira, neste ato representando o CAPS Álcool e Droga de Cuiabá, Infante-juvenil; Maria Aparecida Milhomem, enfermeira, representando a Coordenação de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá.

Agradecemos a presença dos integrantes do Fórum Intersetorial e Permanente de Saúde Mental de Cuiabá, da Imprensa e de todos os presentes.

Sr. Presidente, feito os agradecimentos a todos os presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Convido o Vereador Abílio Júnior, da Câmara Municipal de Cuiabá, para compor a mesa conosco.

Seja bem-vindo!

Eu gostaria de avisar aos ilustres participantes desta Audiência Pública que vamos abrir a palavra para alguns depoimentos e alguns membros de comunidades terapêuticas que queiram falar da sua experiência, podem se inscrever junto ao Cerimonial.

Logo após as nossas palavras, será aberta a palavra à plateia. Algumas autoridades também vão falar aqui.

Nós convocamos esta Audiência Pública com a aprovação absoluta dos 24 Parlamentares desta Casa que têm enfrentado problema não só na Capital, mas em todo o interior de Mato Grosso. A dificuldade que vem enfrentando as comunidades terapêuticas hoje no Estado de Mato Grosso é muito grande.

Num passado recente, alguns Deputados faziam, através das suas emendas, alguns convênios com as clínicas e comunidades terapêuticas no sentido de atender a demanda de muitas famílias do Estado de Mato Grosso que não têm condições de internar um filho, um sobrinho, um vizinho que tem essa doença, que, para mim, é a doença do século, doença que vem afetando a nossa juventude, vem afetando, acima de tudo, a vida social de muitas famílias do nosso Estado de Mato Grosso.

É importante frisar que essas comunidades terapêuticas fazem um trabalho fantástico e bonito e eu quero de coração agradecer a cada um de vocês que têm essas comunidades e vieram participar aqui hoje desta Audiência Pública.

O trabalho que vocês fazem é de salvar vidas!

Eu conheço pessoas que saem na madrugada em busca de drogados que estão nas ruas, abandonados, jogados, recolhem, trabalham.

Eu conheço pessoas de comunidades aqui, já fui visitar e já tive a oportunidade de ajudar, que com muita determinação largou tudo e vive para fazer esse trabalho fantástico, que é tentar resgatar um jovem que esta na droga, um jovem que quer sair da droga, que tem boa vontade, mas precisa de apoio e não tem encontrado este apoio.

Sabemos da disposição do Governo Federal, do Governo Estadual de ajudar, mas quando você ler o decreto do Governo e vê o que precisa para estar apto a buscar o dinheiro público, para esse apoio, você não consegue, é tanta documentação que os convênios precisam para ser assinados, são tantas as obrigações que ele tem que cumprir em busca de certidões, que se desiste, desiste, fica na marginalidade e não tem acesso a esse tipo de recurso que pode ajudar.

Quando se depara com as obrigações que têm que cumprir junto à Vigilância Sanitária, Sr. Secretário, não consegue.

É importante frisar que a grande maioria das clínicas do Estado de Mato Grosso, das comunidades terapêuticas do Estado de Mato Grosso, é administrada por ex-dependentes químicos, provando que é possível, sim, integrar-se na sociedade. Pessoas que se dedicam com o coração, com determinação, porque sabem que é possível ter um controle.

Sabemos que a dependência química é uma doença crônica, não tem a cura, mas tem o controle. Ela tem o controle como a hipertensão, como a diabete e quem faz isso são pessoas que viveram na vida o drama e o sofrimento de serem dependentes químicos por dez, quinze, vinte, trinta anos, sua luta.

A sociedade tem sido fantástica nisso, tem ajudado, muitas empresas ajudam.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE
POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER
PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES
QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

A unidade desses grupos terapêuticos é muito grande. Quem teve a oportunidade de ir a uma reunião dos AA, do Al-Anon, dos grupos de apoio, viu a determinação.

Quando vejo um ex-dependente, que tem uma casa, com vinte, vinte e cinco anos limpo, sem voltar para a droga, vejo que é possível, Secretário, porque só quem tem um na família - e ela chega a sua família, não ache que não chega, ela chega – sabe o sofrimento da família.

Ainda em nosso Brasil o dependente é visto como o marginal, como o delinquente, o menino que assalta, o menor que não tem concerto. E não é. A dependência é uma doença, é uma doença e tem que ser tratada como uma doença.

Não é pegar o dependente e jogar no Adauto Botelho. Lá não é lugar para dependente. O dependente precisa fazer acompanhamento. As clínicas não têm condições, as casas terapêuticas não têm condições de contratar um psicólogo, um psiquiatra.

Eu acho que o Estado tem que dar oportunidade para essa contratação e dentro da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, que hoje é a responsável, ter um trabalho por eles. Ter um trabalho de um cronograma do que pode ser feito.

Hoje neste debate ouviremos as clínicas terapêuticas e as autoridades no sentido de buscar um consenso, junto com o Tribunal de Justiça, junto com o Ministério Público, para ajudarmos emergencialmente as comunidades terapêuticas de todo o Estado de Mato Grosso.

Eu falava para o Governador desse trabalho que temos feito desde o outro mandato, que muitas vezes não encontramos o apoio e o respaldo necessários, tanto do Governo Federal, como do Governo Estadual.

Daqui sairá uma Comissão das comunidades terapêuticas para efetuarmos esse trabalho.

O Governador Pedro Taques já se dispôs a receber essa Comissão e, de imediato, liberará um recurso para que o Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos, a Ação Social e a Saúde possam desenvolver atividades em conjunto.

Já passou da hora de Mato Grosso, por exemplo, ter uma clínica terapêutica do Estado. Não tem! As igrejas muitas vezes têm, mas o grande trabalho que existe é dessas pequenas comunidades, que fazem um trabalho fantástico. E nós as estamos perdendo. Muitas estão fechando, outras estão desistindo, outras são fantásticas!

Sei de casos aqui de clínicas que foram queimadas pelos próprios dependentes internados, reconstruíram, fizeram, foram em busca de parceria e voltaram a funcionar.

Comunidades excelentes, como a Limiar Comunidade Terapêutica, do meu amigo Gonçalo que está presente, que fez um grande trabalho por anos aqui no Sucuri.

Fechou a sua clínica, Sr. Gonçalo? Hoje não funciona mais?

Então, nós precisamos apoiar. Eu acho que esse é o pontapé para darmos o início.

Portanto, quero agradecer vocês. Vocês das comunidades terapêuticas, vocês que se conhecem, vocês que se falam, vocês que buscam, vocês que nos atendem, vocês que veem uma mãe agoniada que não sabe o que fazer com seu filho, porque ele está há quatro, cinco, seis dias usando drogas, muitas das vezes vendendo as coisas de casa ou assaltando.

Nós precisamos, sim, desse papel importante do Governo, e espero que Assembleia Legislativa possa ser a interlocução para tudo isso.

Muito obrigado pela presença de vocês. (PALMAS)

Vamos iniciar, através da inscrição, os depoimentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE
POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER
PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES
QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Quero ouvir aqui a dona Cleidi Eliane de Souza, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Por favor.

Temos vários inscritos, depois os Secretários vão falar, e eu gostaria de pedir que sejam breves no tempo e bem objetivos.

A SR^a CLEIDI ELIANE DE SOUZA - Boa tarde a todos e todas!

Para mim é um prazer estar aqui.

Parabenizo a iniciativa do Deputado.

Estou Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Secretaria Estadual de Saúde neste ato, meu Secretário João Batista, que se faz presente, e os Adjuntos Ricardo e Fábio.

Queridos, garantir direito de crianças e de adolescentes é um desafio do nosso Brasil, do nosso Mato Grosso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente fez 26 anos, este ano faz 27anos, e muito ainda falta ser garantido para que haja de fato a eficiência da aplicação da lei.

Estar aqui com vocês sociedade civil e comunidades é muito importante, porque a maioria da clientela, e eu trabalho na saúde do Estado na área técnica saúde e adolescente, que é aonde chegam os principais casos de adolescentes e jovens envolvidos com droga, e criança também.

Então, quando se tem essa iniciativa de debate, de garantir a pauta desta Audiência Pública recursos, para que outros pares tenham condições de nos ajudar a atender, e eu digo ajudar, mas seguindo critérios que o Estado possa acompanhá-los, fortalecendo, com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança também acompanhando, dando respaldo, porque nós temos preocupações, não só com uma medida, uma liminar para internar uma criança, um adolescente, uma compulsória, mas sim para que de fato aconteça esse atendimento nas qualidades, que o serviço de saúde, que o Ministério da Saúde também preconiza, garantindo direitos, e para isso o Conselho Estadual dos Direitos da Criança estará acompanhando e fazendo o controle social.

Quero finalizar, parabenizando o Deputado e esta Casa pela iniciativa.

Parabenizo todos vocês que se fazem presentes, colocando-me à disposição - também o Conselho Estadual dos Direitos da Criança - com os senhores para garantir os direitos deles e como servidora pública da Secretaria Estadual de Saúde. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Obrigado, Presidente do Conselho Estadual do Direito da Criança.

Eu gostaria de convidar o Edinaldo Gomes de Souza, Secretário Adjunto de Políticas Educacionais, representando o Secretário de Estado de Educação, Marcos Marrafon.

O SR. EDINALDO GOMES DE SOUZA – Boa tarde a todos!

Em nome do Deputado que teve esta iniciativa brilhante para dialogar um dos temas que mais aflige a sociedade brasileira, nós da educação não poderíamos ser diferentes porque estamos ali com os filhos de vocês desde os seis meses de idade até os dezessete, dezoito anos. Infelizmente, temos também no seio da escola esse grande problema, a droga está invadindo cada vez mais cedo as nossas crianças.

Penso que o nosso papel, enquanto agentes educadores, é muito importante para que não tenhamos na nossa adolescência, na nossa juventude, na nossa fase adulta, pessoas necessitando desse tratamento. Então, em nome do nosso Secretário Marcos Marrafon, gostaria imensamente de pedir o apoio de toda a sociedade, dos trabalhadores da área da saúde, da educação,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

do serviço social, para que possamos ter na educação uma ferramenta de combate a todos os tipos de violência.

Gostaria imensamente de firmar cada vez mais as parcerias com as instituições, mas principalmente com a família, estamos pedindo para que as famílias voltem para as escolas, participem conosco, que acompanhem o dia a dia dos seus filhos, porque somente com a política educativa efetiva é que nós, de fato, diminuiremos muito esse nosso grande problema que hoje aflige a sociedade.

Temos tido políticas efetivas no combate ao uso de entorpecente na nossa escola, temos uma grande parceira chamada Polícia Militar, uma Polícia efetivamente cidadã aqui representada pela Coronel Zózima, que tem dado apoio para as escolas. Temos um apoio muito importante, agora empenhando na área da saúde para que possamos construir essas políticas.

Então, eu quero mais uma vez, em nome do Secretário, parabenizar o nosso Deputado.

E dizer que a política de prevenção é a mais eficiente e que o espaço mais apropriado para dialogarmos e prevenirmos esses problemas é a escola. E que a escola não pode ser deixada de lado pelas famílias. O problema da educação não é só dos educadores. É de todos da sociedade. Por isso, queremos, mais uma vez, reafirmar o nosso compromisso com o Poder Legislativo de Mato Grosso que tem dado todo apoio, encaminhado as suas emendas para que possamos melhorar as estrutura e também a remuneração dos nossos profissionais.

Eu quero finalizar dizendo que o Secretário Marrafon gostaria de estar aqui, mas em função de um compromisso também de última hora não pode estar presente. Mas que nós estamos viajando em todo o Estado apresentando propostas para que de fato possamos construir uma educação com mais qualidade científica, humana e social.

Nós precisamos do apoio de todas as pessoas para que a nossa educação seja a principal ferramenta de combate de todos os tipos de violência. Obrigado! Um bom encontro a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Obrigado, Edinaldo pela participação!

O Estado, em janeiro de 2006, editou o Decreto nº 394, que instituiu o Plano Estadual de Álcool, Drogas Ilícitas e ficou a Secretaria de Justiça responsável para reunir esse Conselho, acompanhar as ações feitas, principalmente no combate, mas também na recuperação.

Esse Conselho é formado pela Secretaria de Estado de Justiça, pela Secretaria de Estado de Segurança, pela Secretaria de Estado de Educação, representada aqui pelo Prof. Edinaldo. É importante a participação. Esse Conselho tem que se reunir mais, tem que estar mais presente, debater políticas públicas, buscar, por meio do Conselho, representantes das comunidades terapêuticas, das clínicas, da Federação de Psiquiátrica, psicólogos, porque esse Conselho foi instituído com essa tarefa. E as clínicas muitas vezes reclamam que não são chamadas, não participam, não têm conhecimento da reunião desse Conselho, também pela Secretaria de Estado de Saúde, pela SETAS, pelo Gabinete de Comunicação, pela Secretaria de Cultura e pela Secretaria de Turismo, a SEDEC e também o DETRAN. Essa é a composição do Conselho que foi instituída para acompanhar o Plano Estadual.

Esse Plano Estadual prevê até muitas vezes a prisão de um avião, de um caminhão de dinheiro, da droga ilícita para ser usada. Então, nós vamos fazer com que efetivamente possamos, por meio dessa ação do Governo, que já colocou no papel, fazer na vida real e trazer para a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

praticidade esses recursos que ajudarão muito essas clínicas. É por isso que eu convidei os membros do Governo, principalmente os que participam dessa comissão instituída por esse Decreto, Principalmente a Secretaria de Justiça, que coordena o Plano Estadual, a estar presente e começar essa convivência com as comunidades terapêuticas, que tem buscado esse apoio.

Eu convido o Defensor Público do Estado de Mato Grosso, Sr. Osny Kleber Rocha Auresco, para falar em nome da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

O SR. OSNY KLEBER ROCHA AURESCO – Quero, neste momento, cumprimentar o nobre Deputado Romoaldo Júnior, demais autoridades que aqui compareceram, pessoas que estão nos assistindo, que estão representando comunidades terapêuticas e todos que vieram aqui enriquecer o nosso debate.

Eu quero, neste momento, externar, reafirmar, ratificar a parceria que a Defensoria Pública tem feito nesse sentido, não só judicialmente, mas dando apoio a esse tipo de ações.

Eu quero dizer aos senhores que eu mesmo, particularmente, tive a oportunidade, quando eu fui Defensor Público na cidade de Sinop, de ter visitado comunidades terapêuticas lá, afastado um pouco da cidade, eu vi o trabalho maravilhoso que eles fazem, hercúleo, dando dignidade às pessoas que vão fazer esse tratamento, são pessoas que precisam mesmo desse abraço da sociedade, desse apoio. E nós, da Defensoria Pública, também atuamos nessa área da saúde, eu não sei se todo mundo sabe, a Defensoria impetra mensalmente dezenas, senão centenas de ações nesses termos para requerer, junto ao poder público, remédios, às vezes internações, quando nos procuram, nós também damos orientações para as pessoas, para os familiares que nos procuram, encaminhamos ao CAPS. Então, entramos com ações e obrigação de fazer, pedindo remédio, uma internação compulsória caso a família... Por exemplo, uma internação involuntária caso algum familiar nos procuram, nós entramos com esse tipo de ações, também orientamos as pessoas nesse sentido, por meio de ação civil pública, também a Defensoria Pública atua nessa área de medicamentos, de internações, então nós atuamos em todas essas áreas.

E, neste ato, representando a Defensoria Pública, eu reafirmo e quero ratificar aqui a parceria junto ao Deputado, junto à sociedade, nós estamos totalmente abertos a uma parceria maior nesse sentido, proponho também ações que já têm sido feitas com sucesso em vários Estados do Brasil pela Defensoria Pública junto com o Poder Judiciário, com outras instituições, com as Assembleias Legislativas de outros Estados, por exemplo, no sentido de fazermos, de repente, plantões para que possamos atender familiares ou pessoas que possam estar precisando de maiores orientações, de encaminhamentos nesse sentido para um tratamento nessa área.

Também estamos de portas abertas para familiares que precisam de orientações, encaminhamentos para o CAPS, entrar com uma ação civil pública, nesse sentido, entrarmos com obrigação de fazer, enfim, todas essas ações judiciais que visam ajudar as pessoas ou familiares que enfrentam esse grave problema na sociedade, individual ou familiar.

Não podemos como cidadão simplesmente ignorar isso que tem acontecido em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso País, mas contribuirmos para que possamos concretizar ações nesse sentido, que possam ajudar os familiares e também as comunidades terapêuticas visando e falando, para terminar, na qualidade de Defensor Público, sempre lembrando que o art. 196 e seguintes da Constituição Federal diz que o quê? Que a saúde é dever do Estado e direito de todos.

Então, é obrigação do Estado, é obrigação da União, do Município, de todos os órgãos, de estarmos empenhados nesse sentido para buscarmos soluções e também recursos financeiros nessa área.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Quero dizer também que a Defensoria, nós contamos também com dois psicólogos, no momento, para estar auxiliando quem precisa, há Defensores que atuam nessa área da Fazenda Pública, nessas ações citadas, que eu falei, inclusive, eu já atuei nessa área, tive a oportunidade de trabalhar ativamente nessa área e também visitei comunidades terapêuticas, igual eu falei.

Vai aqui o meu reconhecimento do grande valor que essas pessoas desempenham no afã de poder contribuir para que a pessoa saia do vício das drogas e também lembrando que temos, por exemplo, atuações na defesa de pessoas, muitas vezes, que são surpreendidas com drogas ilícitas, não no sentido, assim, como a sociedade entende que a pessoa deve ser punida.

Muitas vezes ou quase todas às vezes a pessoa que é muitas vezes apanhada com uma droga ou alguma coisa, ela precisa de um tratamento nesse sentido e não uma condenação, pois a Defensoria, eu, na qualidade de Defensor, quero frisar que não defendemos bandidos, defendemos o cidadão.

O cidadão que paga seus impostos, que tem o seu direito e que não pode ser tratado como lixo, jogado debaixo do tapete, não. Temos que ter ação conjunta para que a pessoa tenha a sua dignidade restabelecida, com a ajuda de todos nós.

Então quero, no momento, ratificar aqui, deixar o meu apoio e também ao Deputado, ao nobre Deputado Romoaldo Júnior, que a Defensoria está de portas abertas e também para a sociedade, para o que precisarem nesse sentido dentro das nossas obrigações e condições. Ok. Quero agradecer a atenção de todos.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Agradeço ao nobre Defensor Osny. E vamos convidar o ilustre Vereador Abílio Júnior para falar em nome da Câmara Municipal de Cuiabá.

O SR. ABÍLIO JÚNIOR – Obrigado pela oportunidade. Quero agradecer a iniciativa, que acho muito plausível, de começar um debate, de começar a falar sobre o assunto que, muitas vezes, é um tabu para a sociedade, quem deve cuidar das pessoas? A saúde pública é dever de quem?

Eu, representante da Câmara Municipal de Cuiabá como Vereador, quero agradecer ao Deputado Romoaldo Júnior, ao Deputado Sebastião Rezende e outros que estão presentes.

Quero estender que nós vivemos em um Estado, mas moramos em um Município, que é o lugar mais próximo de compreendermos isso tudo e as pessoas sofrem no Município. Surpreende-me muito quando vejo até mesmo a Assembleia Legislativa destinando 800.000 reais de emenda parlamentar para o Carnaval e pouco para a saúde pública, principalmente, saúde mental. (PALMAS)

Então, penso que sim nós devemos reconhecer o esforço e o trabalho de todos aqui, que independentemente da área, se é área técnica ou se é da passional, pela paixão de querer ajudar o próximo e querer estabelecer centros de recuperação e faz isso por amor, independentemente da motivação, se é motivação religiosa, se a motivação é apenas de amar o próximo e ajudá-lo.

Independentemente se ela é qualificada por meio de pessoas técnicas ou não, eu penso que, sim, o Estado precisa de cada vez mais técnicos para compreender que a saúde mental é um princípio da saúde preventiva, que se combatermos a saúde mental, se ajudarmos a saúde mental,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

nós teremos menos pessoas precisando de casas de recuperação, porque elas vão ter uma qualidade de vida melhor. Então, eu penso que nós temos que apoiar quem está trabalhando com isso hoje e enfrentando o problema, porque ele é irreversível, nós já temos que ajudar quem está lá, mas nós também temos que combater que mais pessoas vão para lá.

Quero agradecer a oportunidade e estou aqui para ouvi, não para dar uma opinião de qual o lado certo, qual o lado errado, o que deve se fazer, mas eu quero aprender com vocês esta tarde, para saber quais os caminhos que temos que tomar.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Quero agradecer o ilustre Vereador Abílio Júnior, falando em nome da Câmara, transmita o nosso abraço a todos os Vereadores.

Só esclarecendo, quando votamos o orçamento, nós temos a verba da saúde, da educação, da cultura e do turismo. As emendas do carnaval são da cultura, não podemos usar estas emendas para estrada, para saúde, para educação, elas têm que ser usadas na cultura. Há aqueles que gostam de carnaval, há aqueles que não gostam. Até em respeito aos Deputados que coloraram para fazer esta festa, eles colocaram recurso da cultura, que não pode ser usado em outra coisa, ou coloca em Cuiabá ou em outro Município, Cuiabá foi merecedora. E a saúde contou, só com emendas dos Deputados, com mais de 15 milhões de reais jogados na saúde.

O que nós estamos debatendo aqui hoje é que parte desse recurso pode ser jogada na saúde mental, na recuperação do dependente químico por meio das comunidades terapêuticas. Por isto a Audiência Pública para que este recurso possa chegar lá na ponta e atender estas comunidades terapêuticas. (PALMAS)

Gostaria de cumprimentar aqui o Vereador Wagner Cunha, de Campo Novo do Parecis, Presidente da Câmara, seja bem-vindo; a Vereadora Rosiclea Heinzen Colombo, também de Campo Novo do Parecis, e Sr. Dhemis Rezende, Vice-Prefeito; e esse grande parceiro, meu companheiro de todas as horas aqui nesta luta pelas clínicas terapêuticas, pela recuperação dos dependentes, que é o Deputado Sebastião Rezende, que desde o mandato passado trabalhamos juntos nessa área. Já fizemos algumas leis juntos, leis essas que precisam ser cumpridas. Não é, Deputado?

Também, agradeço o Sr. Vinícius Fernandes, Presidente da União Estadual dos Estudantes dos Conselhos Políticos sobre Drogas; a Sr^a Adelmá Vargas, representando a Comunidade Terapêutica Feminina do Bem.

Cumprimento o Vice-Prefeito de Campo Novo do Parecis, lamento e me solidarizo pela tragédia que se abateu naquele município com as chuvas na última semana.

Sejam bem-vindos todos os Vereadores e o Vice-Prefeito de Campo Novo do Parecis!

Convido para fazer uso da palavra a Coronel Zózima Dias dos Santos, Coordenadora de Ações Preventivas, representando o Secretário de Segurança Pública, Rogers.

A SR^a ZÓZIMA DIAS DOS SANTOS - Boa tarde a todos!

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Romoaldo Júnior, a quem parablenizo pela iniciativa.

Quero dizer que a Segurança Pública é parceira, sim, nessas iniciativas, sempre foi, e continuará sendo por meio das suas instituições como o Proerd, está aqui o Coronel Jaques, que há mais de dez, doze anos, atua na prevenção da violência. Temos o Projeto Bombeiros do Futuro, do Corpo de Bombeiros Militar, que também trabalha nesse foco de prevenção à violência e drogas;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

temos o Projeto De Cara Limpa contra as Drogas, da Polícia Civil, que é um belo trabalho feito com as escolas, com capacitação, formação, e temos o Projeto De Bem com a Vida, da Polícia Civil.

Mas, senhores, projetos não resolvem, se não tiver ação efetiva de chegar às pessoas que estão passando por essa situação. Quando vamos discutir essa questão da dependência e do tratamento, há tanta legislação, conselho, e é tanta burocracia que impede...(PALMAS)...de fato, que o fim seja atendido. Quem é o fim? É aquela pessoa que está na dependência.

Nós, da segurança pública... Eu vivi isso na pele, porque chegávamos para atender a ocorrência e, às vezes, a Polícia tinha que prender um adolescente, apreender, melhor dizendo, um adolescente, sob o efeito de drogas. E ele sob o efeito cria uma força incrível, e a Polícia tinha que lutar para dominar aquele menino, e os pais olhando aquela cena. Então, é muito difícil! É muito difícil!

Nós poderíamos começar, Deputado... Para implementar essa política, vamos pegar todos os conceitos e preconceitos que tem sobre a droga, rasgar e vamos discutir de baixo para cima, precisamos discutir de baixo para cima e não de cima para baixo. (PALMAS)

Porque se discutir de cima para baixo, não chega, como até hoje não chegou. Só fica no papel, nós temos que discutir de baixo para cima, realidade, chão de fábrica, é de lá, é lá que nós temos que fazer.

De 2012 para 2013, Mato Grosso assinou um termo de cooperação técnica com o Governo Federal: o Programa Crack, é Possível Vencer.

A Secretaria ficou com a responsabilidade de receber os veículos com câmera de monitoramento e capacitar policiais para atuar dentro desse entendimento. A outra parte ficou com o município, porque assistência social é um olhar da saúde para os dependentes químicos, e até hoje esse programa não foi implementado. Esse programa prevê vagas para tratamento, para internação, o Governo Federal ia bancar leitos nos hospitais para tratamento, e até hoje não foi implementado.

Então, é necessário que realmente pare com essa questão, com tanta burocracia, e traga o cidadão, porque a vida nossa é real, ela não é burocracia.

Eu quero mais uma vez reforçar que a Secretaria de Segurança Pública, por meio das suas instituições e da própria política da Secretaria, ela é parceira. Podem contar, sempre, com Secretaria de Segurança Pública.

E para finalizar, nós, como coordenadora de ações preventivas, nós estamos finalizando um plano de prevenção à violência e à criminalidade, o que nós prevemos, tanto a questão da criminalidade, quanto do dependente, e nós estamos buscando as instituições, discutimos com a Educação, SETAS, SEJUDH, Ministério Público, Defensoria, Tribunal de Justiça... É um plano integrado, porque como foi falado, nós temos que cuidar e tratar, cuidar para que não chegue a usar, e tratar os que estão sob ameaça de morte, porque quem usa droga tem que pagar. Se ele dever um real para o traficante, ele tem que pagar, senão ele paga com a vida, e a polícia fica atendendo os homicídios de execuções.

Então, eu acho que isso precisa acabar, precisa acabar. Estamos à disposição, nosso muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Agradeço as palavras da Coronel Zózima.

O objetivo disso, Coronel... A dependência química, a emergência, a urgência, não podemos nos amarrar na burocracia, não há tempo para isso, por isso precisamos do apoio para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

mudar esse decreto, e fazer com que a praticidade e a rapidez sejam mais importantes do que os documentos que pedem todas as vezes para as comunidades terapêuticas.

Vamos ouvir agora a plateia, peço brevidade, porque temos quinze inscritos que disporão de três minutos. Depois, iremos ouvir os secretários das áreas de Justiça, Saúde e Casa Civil, também os representantes do Poder Judiciário.

A primeira inscrita é a Presidente do Conselho Regional de Psicologia, Morgana Moura, que dispõe de três minutos.

A SR^a MORGANA MOURA - Boa tarde a todas e todos!

Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Romoaldo Júnior por abrir a possibilidade de um diálogo sobre essa questão, que é muito rica e muito cara a psicologia. Eu concordo com o senhor que já passamos da hora do Estado de Mato Grosso ter uma clínica terapêutica do Estado, porque não tem, assim como também não tem CAPS III - Centro de Atenção Psicossocial (PALMAS). Não temos unidade de acolhimento, não temos efetivados os leitos para internação no Hospital Geral, tudo aquilo que boa parte comporta a rede de atenção psicossocial nós não temos. Então, é bom ter um espaço para, de fato, efetivar a política pública que já existe.

A fala que venho representando é de uma categoria profissional que luta, há anos, que vem efetivamente lutando na lógica da luta antimanicomial. Então, eu venho hoje falar, corroborar com muitas das falas, como por exemplo, a do representante da Secretaria de Educação, que a prevenção é mais eficiente, de fato, do que pensar nos tratamentos, principalmente, nos tratamentos que são de internação e de clausura.

Eu só gostaria de fazer algumas pontuações. Primeiramente, com relação ao Conselho Estadual de Políticas de Drogas, que as clínicas desconhecem, e que as instituições desconhecem.

Hoje, temos vários representantes do Conselho Estadual de Drogas, incluindo eu, representando o Conselho Regional de Psicologia; a Conselheira Fátima, representando a SETAS; o Coronel Jacques, que representa lá no Conselho de Drogas, no CONEJ; o Mário, Superintendente; o Alonso, que está lá atrás; o nosso Secretário Enéas, que faz parte do Conselho de Drogas. Aqui está bem representado o nosso Conselho Estadual de Drogas, e o que falta somente é a participação efetiva da Secretaria de Saúde, Secretário.

Então, se a Secretaria de Saúde pudesse, de fato, participar efetivamente do Conselho Estadual de Drogas, nós ficaríamos muito gratos. (PALMAS)

Na verdade, eu acho que algumas pessoas vão acabar contribuindo sobre a questão da discussão.

Eu venho falar principalmente em nome da categoria profissional, mais, principalmente, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia, aqui representado pela nossa Coordenadora da Comissão, Psicóloga Zeni Luersen.

Ao saber dos financiamentos que nós temos em relação às instituições que fazem esse tipo de acompanhamento, a Comissão elaborou uma Moção de Repúdio com relação a esse tipo de financiamento das instituições que fazem o tratamento - não estou falando de acolhimento - de dependência química e não que não é reconhecido pela saúde. Nós reconhecemos publicamente a importância social e histórica de todas as instituições que passaram ao longo dos anos fazendo acolhimento e acompanhamento de pessoas com problemas decorrentes do uso, mas faz o repúdio

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

daquelas instituições que geralmente não fazem nenhum tipo de tratamento, mas, de fato, fere os direitos humanos.

A proposta que eu tenho para entregar para os senhores e se me permite depois entregá-la em mãos, Deputado, é uma Moção de Repúdio elaborada pela categoria profissional, justamente, considerando que esse tipo de financiamento é em detrimento às políticas públicas, que já existem.

Questionamos por que não se faz, de fato, efetivar as políticas públicas que já existem; a implantação da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, ao invés de financiar instituições que fazem um trabalho filantrópico, que fazem um trabalho de acolhimento, de fato, mas desconsideram que existe uma rede já efetivada por Lei. Por que os municípios, de fato, não executam essa Lei?

Temos dados - se alguém puder depois acessar a Superintendência de Políticas sobre Drogas que deveria estar compondo a mesa também o nosso Superintendente ali - em relação a alguns financiamentos dentro dos municípios. Municípios que chegam a gastar um milhão de reais com essas instituições ao invés de implantar um CAPS-AD. (PALMAS)

Então, se me permitir, gostaria de entregar aos componentes da mesa a Moção de Repúdio e dizer que fazer política é garantir os direitos das pessoas. Não estou desmerecendo o trabalho que é efetivado. Eu estou respaldada técnica e cientificamente pelos relatórios de Direitos Humanos que mostram que boa parte das instituições não oferece um trabalho de qualidade e sim fere esses direitos humanos.

Eu espero que este espaço...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Pessoal, cada orador vai ter a oportunidade de fazer a sua palestra dentro da sua formação e dentro do seu conhecimento.

Eu peço que não se manifestem. Cada um vai poder falar.

Continua com a palavra a Sr^a Morgana Moura.

A SR^a MORGANA MOURA – Só para finalizar, cada um vai ter um espaço de fala. Espero que todas as propostas, que emergirem daqui hoje, sejam respaldadas, de fato, a partir de um discurso técnico e científico e não baseado na boa intenção que todo mundo aqui, hoje, tem. Que tenha esse respaldo técnico para que possamos construir política pública comprometida.

Muito obrigada. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Muito obrigado, Morgana.

Nós vamos receber aqui o seu documento e fazer o devido encaminhamento.

(A SR^a MORGANA MOURA PROCEDE À ENTREGA DO DOCUMENTO AO PRESIDENTE – PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Muito obrigado.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Eu peço àqueles que pretendem fazer uso da palavra que se inscreva, que vamos conceder.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Mário Nascimento Correa, usuário do serviço do CAPS Álcool e Drogas de Várzea Grande, que dispõe de três minutos.

O SR. MÁRIO NASCIMENTO CORREA – Eu sou usuário e paciente da Saúde Mental, Transtorno Mental Álcool e Drogas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

O CAPS ajudou-me muito no progresso desde 2004 é CAPS, antes era manicômio, que só internava, internava e internava e não resolvia nada. Lá tem teoria e prática e graças a Deus vocês estão me vendo aqui.

Várzea Grande e Cuiabá precisam do CAPS III 24 horas, urgente urgentíssimo. (PALMAS).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Muito obrigado, Mário.

Com a palavra, o Sr. Gilson Banegas, da Comunidade Terapêutica Vida Serena.

O SR. GILSON BANEGAS – Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa, Deputado Romoaldo Júnior, e em seu nome cumprimentar os componentes da mesa; em nome do nosso companheiro Alonso, Presidente da Federação do Estado de Comunidades Terapêuticas, cumprimentar o público em geral.

Primeiramente, Deputado, eu gostaria de deixar claro, para esclarecimento, que Audiência Pública tem um fim para que as comunidades possam ter esse auxílio, esse suporte.

Porém, eu gostaria de deixar claro também para todos que comunidade terapêutica tem um estilo de prestar serviço. E clínicas e centro de tratamentos têm as suas metodologias. Então, há uma grande diferença e isso precisa ficar claro entre nós.

Na Resolução nº 29 da ANVISA o método das comunidades terapêuticas é um, e para que paciente esteja lá, primeiro, precisa querer.

Eu quero dizer, Promotores, Juízes, autoridades, que clínicas e centro de tratamentos para dependentes químicos não representam as comunidades terapêuticas. Não representam as comunidades terapêuticas! Estilos diferentes.

Segundo a Resolução nº 29 da ANVISA, o nosso método é residencial. Residencial. O paciente para estar lá precisa querer. E para permanecer, ele não precisa, só quando prescrito de uma medicação, mas não ser medicado para permanecer no tratamento em Comunidade Terapêutica.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. GILSON BANEGAS – Então, precisa ter esse esclarecimento, porque muitos estão trabalhando, nobre Deputado, com alvará de Comunidade Terapêutica e os pacientes estão sendo sedados para permanecer (PALMAS). É inadmissível que essas pessoas representem as comunidades terapêuticas.

Então, quero deixar aqui esse esclarecimento, que a comunidade terapêutica tem a sua metodologia e temos as nossas dificuldades.

Recebi hoje isso, Deputado (MOSTRA O CELULAR): “ajuda financeira às entidades que representam o atendimento aos dependentes químicos”.

As comunidades terapêuticas não precisam de ajuda financeira, precisam de dignidade e respeito... (PALMAS) ...para com as entidades, como a Vigilância Estadual Sanitária.

Pergunte-me quem das comunidades terapêuticas foi visitado pela Vigilância Sanitária do Estado? Quem foi? Comunidade terapêutica? Porque quem tem recebido visitas são as clínicas, são os centros de tratamento. Porque nós de comunidades terapêuticas não temos todo o dinheiro para pagar um alvará de Vigilância Sanitária Estadual.

Desculpem-me indignação!

Também sou diretor de uma instituição, de um centro de tratamento para dependentes químicos, Vida Serena comunidade terapêutica, e da Clínica Vida Serena Premier, porém, são distintos os modelos de tratamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Comunidade terapêutica, Deputado, precisa de nutricionista, comunidade terapêutica precisa ter no seu banheiro sabonete líquido e papel para enxugar as mãos? Vou aos CAPSs e não têm isso. Por que as comunidades precisam? (PALMAS)

Eu tenho paciente que vai pedir atendimento no CAPS e não recebe.

Um paciente ontem foi picado por cobra na comunidade terapêutica de Várzea Grande e teve que vir para Cuiabá porque Várzea Grande não teve atendimento para esse dependente.

Várzea Grande não tem leito hospitalar, conforme a denúncia dela aqui, para atender os dependentes químicos, não tem medicação na rede pública.

Porém, as comunidades terapêuticas carecem na sua unidade. Nós temos uma referência, somos organizados.

O Estado de Mato Grosso, as comunidades do Estado de Mato Grosso, precisam ter a consciência da necessidade de se unir, porque as comunidades terapêuticas estão, sim, respaldadas como um serviço do terceiro setor que têm importância para o tratamento da dependência química no Brasil, não só em Cuiabá, não só em Várzea Grande, não só no Estado de Mato Grosso, mas no Brasil. Tem sim.

Então, quero deixar aqui minha fala, desculpem meus companheiros que são proprietários, diretores de clínicas, de centro de tratamento, mas é importante que vocês assumam sua identidade e a comunidade terapêutica siga como sempre seguiu, salvando vida, olhando para os excluídos sem ver bens financeiros.

Não precisamos de dinheiro, precisamos de dignidade. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Gostaria de convidar o Exmº Deputado Sebastião Rezende para fazer uso da palavra.

Deputado, estamos dando três minutos, vamos dar um pouco mais para o senhor, mas não abusa se não eu caço a palavra.

O Deputado Sebastião Rezende é um grande parceiro aqui na Assembleia Legislativa na luta das comunidades terapêuticas e das clínicas também.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE – Quero aqui cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Romoaldo Júnior, e todos os nossos companheiros que aqui estão.

Cumprimento os profissionais da Segurança Pública que estão aqui presentes; as comunidades terapêuticas que se fazem representar; também os Conselhos, inclusive o Conselho de Psicologia, os profissionais da Secretaria de Saúde, especialmente os que tratam da saúde mental.

Cumprimento também o Secretário Adjunto da Casa Civil, Dr. José Adolpho, representando a Casa Civil do Governo do Estado; o Secretário de Saúde, Dr. João Batista; o Dr. Mário Roberto Kono, Juiz de Direito; a Defensoria Pública; o Ministério Público; e representando aqui a Câmara de Vereadores de Cuiabá, o Sr. Abílio Júnior.

O Deputado Romoaldo Júnior já fez menção, mas quero reiterar aqui, a presença do Vice-Prefeito, Sr. Dhemis Rezende, de Campo Novo do Parecis, Município que passou por um momento de muita dificuldade, teve a participação da sociedade toda envolvida nesse drama vivido.

Nossos cumprimentos ao Vereador Presidente da Câmara, Wagner Tavares da Cunha; e à Vereadora Rosinha Colombo, nossos cumprimentos.

Deputado Romoaldo Júnior, o tema realmente é extremamente importante.

Quero dizer aqui que acredito...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Há um ano e meio o Alonso Alcântara esteve aqui com vários membros representantes de várias comunidades terapêuticas, o Pastor Teodorico também esteve, e em face daquela movimentação que tivemos tomamos a decisão de criar na Assembleia Legislativa uma Câmara Setorial Temática para discutir sobre as comunidades terapêuticas.

É importante, Secretário João Batista, que assumiu há pouco, que o senhor saiba desse trabalho que a Assembleia Legislativa tem feito nesse sentido, porque, infelizmente, Paulo Moura, que coordena a Câmara Setorial Temática, temos legislações. Infelizmente!

Bom seria se pudéssemos fazer todo esse trabalho, cada um fazendo conforme seu entendimento e as coisas iriam acontecendo, mas tem uma legislação que precisa ser seguida.

Estivemos aqui reunidos na Câmara Setorial Temática com participação da Secretaria de Justiça que esteve aqui representada e das discussões ao longo de aproximadamente, seis, sete meses, ouvimos as comunidades terapêuticas representadas pela Federação, o Teodorico também esteve aqui algumas vezes com a Bia, pelo Ministério Público, com Dr. Flávio Fachone, pelo Dr. Mário Roberto Kono, participando dessa união, e pelas universidades.

Desse trabalho, Secretário João Batista, tiramos uma minuta que seria direcionada ao Governo do Estado, Secretário José Adolpho e quero aproveitar esta oportunidade, Dr. Mário Roberto Kono, que é nosso Juiz de Direito, que vive as comunidades terapêuticas - é importante dizer isto para vocês - e quero aqui fazer justiça, Dr. Mário Roberto Kono, dizendo que o senhor tem sido um batalhador no Poder Judiciário, trabalhando muito nesse sentido, para o fortalecimento das comunidades terapêuticas... (PALMAS) ...Porque tem essa visão e entende, como eu entendo, a importância das comunidades terapêuticas, do trabalho que tem sido feito.

Se eu fosse perguntar para levantarem as mãos aqui, quem chegou numa comunidade terapêutica com a vida destroçada, arrebatada, se perspectiva nenhuma e que foi recuperado, eu tenho certeza que mais de dez levantaria as mãos, mas eu gostaria que levantasse as mãos, quem chegou a lá com a vida destroçada e foi recuperada.

(A PLATEIA SE MANIFESTA GRITANDO E LEVANTANDO AS MÃOS “EU”)

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu gostaria que a TV Assembleia Legislativa mostrasse essas mãos levantadas aqui.

Pastor Jacques, eu sei o quanto a vida do senhor foi transformada e foi mudada.

Então, Sr. Secretário, Dr. Mário Kono, os nossos companheiros aqui, olhem o quanto valeu a pena e a Bíblia Sagrada diz “que vale mais do que o mundo inteiro uma vida recuperada.”. (PALMAS). E aqui são dezenas de vidas recuperadas.

Eu pergunto, Deputado Romoaldo Júnior: isso tem ou não tem preço? Isso tem ou não tem valor?

Então, é isso que nós temos que trabalhar fortemente, temos que fortalecer as comunidades terapêuticas.

Essa Câmara Setorial Temática, Alonso, tem essa função, o documento aqui está pronto e agora Secretário José Adolfo, eu gostaria que você trabalhasse isso para que nós pudéssemos de formar definitivamente ter esse decreto, e as nossas comunidades tivesse facilidade, porque esse trabalho foi feito para facilitar credenciamento das nossas comunidades terapêuticas que infelizmente passa uma vida inteira e não consegue regulamentar, porque as exigências são grandiosas, são intransponíveis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Então, é um documento que foi feito inclusive com apoio do Ministério Público Estadual do Poder Judiciário, então, nós tivemos o cuidado de trabalhar de forma jurídica, não foi algo feito só pelas comunidades terapêuticas. Então, apenas para que senhor saiba disso.

E dizer, Deputado Romoaldo Júnior, que eu tenho inclusive uma propositura já aqui, já tive oportunidade de conversar com Secretário Max Russi, da Secretaria de Trabalho e Assistência Social, dizer que nós temos um fundo, Fundo de Erradicação da Pobreza, e que nós usamos parte, um percentual desse fundo, para atender as nossas comunidades terapêuticas que fazem esse trabalho, e que fazem com seriedade, com desenvoltura. Eu já falei com ele, nós já fizemos uma indicação nesse sentido para que essa verba de subvenção possa atender as nossas comunidades terapêuticas que fazem um trabalho grandioso sem receber absolutamente nada do poder público. Não recebem nada! (PALMAS)

Os senhores que estão na mesa viram quantas mãos foram levantadas aqui que foram recuperadas, que suas vidas foram transformadas a custo zero para o poder público? Já pensaram quantos aqui poderiam estar dando prejuízo para saúde, para a segurança pública, mas não estão? Estão ajudando mudar a vida de mais gente e transformar a vida de mais pessoas.

Então, meu companheiro Dr. Mário Kono, tem valido a pena o seu trabalho, tem valido a pena a sua defesa, a sua luta, vamos continuar nesse trabalho e nessa luta. Estejam convictos que vocês terão o nosso apoio.

Deputado Romoaldo Júnior, Vossa Excelência que tem estado conosco, outros Deputados, terão o nosso apoio nesse trabalho e vamos fortalecer as nossas comunidades terapêuticas no Estado de Mato Grosso.

Um abraço a vocês e muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Quero agradecer as palavras do ilustre Deputado Sebastião Rezende.

O objetivo da Audiência Pública é debater realmente a importância da comunidade terapêutica, mas também buscar reconhecer o trabalho feito pelo CAPS.

Secretário João, o senhor que é Secretário do Município de Lucas do Rio Verde, eu fui prefeito de Alta Floresta, implantei o CAPS naquele Município e vi a importância que tem o CAPS no atendimento desse transtorno, e funciona, como também as clínicas funcionam. Funcionam!

Eu tive um problema na minha família, internei o meu filho em várias clínicas no Brasil afora, muitas vezes de maneira compulsória, com acompanhamento de psiquiatra, psicólogos, sempre tive problemas. O meu filho um dia começou a procurar uma comunidade terapêutica e ali ele se recuperou. O meu filho. Eu tive um exemplo na minha família (PALMAS).

Então, eu acho que o objetivo nosso aqui é reconhecer porque, muitas vezes, - eu conversava com o Dr. Mário aqui - que autoriza a internação que acompanha os processos, você pode fazer um levantamento, se cem pessoas procurarem a Justiça para internar o filho, aquela família não tem condições de internar o filho numa clínica. Não tem como manter o filho numa clínica que custa caro e nessa hora é a comunidade terapêutica que abraça esse filho (PALMAS).

Então, quando fazemos uma Audiência Pública sobre esse tema, solicitando do Governo do Estado e das autoridades uma flexibilização no contexto dessa leis, é porque realmente um dia vamos chegar, Deputado Sebastião Rezende, a fazer uma Audiência Pública e Vossa Excelência vai perguntar e muito mais mãos vão se erguer no sentido de que foram recuperadas nesse trabalho incansável das comunidades terapêuticas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Eu gostaria de convidar aqui mais três oradores da plateia e, em seguida, mais um membro da Mesa.

Com a palavra, o Sr. Fischer Silva de Oliveira, terapeuta, que dispõe de três minutos.

O SR. FISCHER SILVA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, Deputado Romoaldo Júnior, todos os presentes, eu vou ser breve, como o Deputado pediu.

Eu quero agradecer a Cleidi, do Conselho da Criança e do Adolescente. Eu não estou mais aqui para falar como terapeuta. Eu estou para representar uma instituição, a minha instituição, Instituto Dom Fischer de Artes Marciais.

Eu achei bacana, na qual a minha instituição é registrada no Conselho da Criança e Adolescente, a SEJUDH, SESP, a SEDUC, Secretaria de Cultura, outras Secretarias serem citadas, mas e a Secretaria de Esportes? Por que o esporte não faz parte disso? Por que o esporte não é colocado de forma preventiva? (PALMAS)

Meu nome é Fischer. Eu sou professor de artes marciais, sou um dos professores da Polícia Militar desde 2012; eu faço parte dentro da formação da PM dentro do Estado de Mato Grosso. Sou um dos professores do Batalhão de Operações Especiais da Polícia da Polícia Militar. Tive treinamento na Coreia do Sul.

O que a Coronel Zózima disse sobre o treinamento militar, sobre essa capacitação hoje é falha. Isso todos nós sabemos que a capacitação hoje da Polícia Militar dentro da abordagem de pessoas em situação de risco, que é o dependente químico, é muito fraca. Porque a Polícia Militar, não só a Polícia Militar, mas a Guarda Municipal também precisa dessa capacitação para atuar em situações de risco.

Como eu disse, a minha instituição é um projeto, um projeto de prevenção, em que eu dou aula gratuita de artes marciais para as crianças pobres, que não têm condições de pagar. Artes marciais é um esporte caro, você não acha uma academia por menos de 150 reais, 200 reais.

O trabalho que vimos fazendo, há três anos, é um trabalho difícil, mas já é um trabalho que vem obtendo resultado. E eu tiro do meu bolso, eu vendo pizza, vendo cocada, eu recebi inúmeras visitas de nobres candidatos à Câmara de Vereadores, ano passado, e alguns deles que nós apoiamos ganharam e – eu vou manter o anonimato do cara, porque eu ainda tenho esperança dele ter um despertar para ajudar – falaram bem assim para mim: “Fecha! Não está dando resultado, fecha!” Eu falei: Pô, eu estou ajudando mais de 70 famílias! São mais de 70 crianças que nós vimos ajudando e não vem dando certo.

Como o meu tempo está esgotado, eu vou encerrar, mas eu venho pedir aos senhores, a essa nobre mesa que nenhum pai, nenhuma mãe merecem enterrar o filho.

Mato Grosso, hoje, Cuiabá e Várzea Grande estão sendo consideradas umas das cidades mais violentas do País. Então, vamos dar uma atenção séria para isso, pois nós, cidadãos, aqui de Cuiabá, vivemos com medo. O medo hoje prevalece. Vamos combater de forma séria.

Eu gostaria de falar uma coisa que não tem nada a ver, mas tem tudo a ver dentro do esporte, hoje está fazendo 10 anos do falecimento do meu pai, sou filho do José Silva Oliveira, o Bife, um dos maiores jogadores de futebol, se não o maior, foi esquecido pelo Governo. O Governo esqueceu o meu pai, o Governo esqueceu o esporte. Cadê o dinheiro? Eu acho que não precisamos de muito, como o companheiro falou, mas precisamos do dinheiro para começar a fazer um trabalho sério.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

É isso aí. Muito obrigado pela oportunidade, Sr. Deputado, o senhor sabe que pode precisar de mim a qualquer momento.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Muito obrigado, Fischer.

Esclareço que a Secretaria de Esporte hoje é ligada à Educação, representado aqui pelo Professor Edinaldo Gomes de Souza, que está aqui representando o Secretário.

Convido o Sr. Paulo Roberto Santana Júnior, Professor.

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR – Boa tarde!

Vou tentar ser muito rápido na apresentação para não tomar tempo da discussão, já que o tempo é meio escasso. Nós poderíamos falar aqui 04 horas tranquilamente sobre esse tema das drogas.

Eu sou Professor da Educação Básica, sou Professor de História, trabalhei na Secretaria de Educação durante 04 anos no Programa Paz na Escola, que tenta lidar com a situação de violência e com a presença de drogas no ambiente escolar.

E, no ano passado, eu assumi a Superintendência de Políticas sobre Drogas do Estado e, conseqüentemente, também participei como Secretário Executivo do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, esses 06 anos trabalhando com o tema, acredito, deu-me uma experiência bastante significativa com esse tema. Foram 06 anos bastante intensos, em que pudemos realizar uma série de ações. Estivemos, só o ano passado, em 15 Municípios conversando com o Poder, com representantes do sistema de Justiça, com representantes da educação, representantes da gestão municipal e aqui em Cuiabá também com uma proximidade muito grande com o Poder Judiciário, Ministério Público.

Final do ano passado, estávamos estabelecendo uma ligação bastante promissora com a Defensoria Pública, exatamente tentando encontrar uma resposta para esse problema das drogas, que incomoda todo mundo, não é só aqui em Cuiabá, não é só lá em Pedra Preta, Município onde hoje eu estou à frente da elaboração do plano municipal de políticas sobre drogas do Município, mas no Brasil todo e no mundo todo. Todo mundo quer uma resposta para o problema das drogas, porque nós vivenciamos isso cotidianamente na sociedade.

Acontece que as respostas que nós temos buscado estão extremamente equivocadas. Primeira coisa, que é importante pontuar: a política nacional sobre drogas está organizada em 05 eixos, que abrangem todas as áreas que estão relacionadas com o problema das drogas. E não é à toa que o primeiro eixo chama Educação e Prevenção. Porque a prevenção é o aspecto mais importante das políticas sobre drogas. (PALMAS)

E infelizmente nós até falamos muito em prevenção, mas nós não fazemos prevenção. E o pouco de prevenção que fazemos, nós estamos ainda fazendo errado, nós ainda ficamos gastando nosso dinheiro indo fazer palestra em escola para mostrar a droga para os alunos.

Existe uma pesquisa muito séria das Nações Unidas que já identificou o que traz resultado positivo e o que traz resultado negativo no campo das drogas.

Eu penso que todos nós aqui tínhamos que adotar esse material produzido pelas Nações Unidas como leitura obrigatória, antes de abrir a boca para falar sobre drogas (PALMAS). E não temos feito isso.

Esse material chama Diretrizes Internacionais sobre a Prevenção do Uso de Álcool e outras Drogas, é um documento que está liberado no site do UNODC. O que é UNODC? Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, do qual temos uma unidade lá em Brasília e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

eles traduziram para o português uma pesquisa extensa que fizeram analisando, durante alguns anos, durante um período, 584 intervenções sobre drogas.

Então, no mundo todo, uma equipe de quase 200 pesquisadores passou quase 10 anos acompanhando o desenvolvimento de 584 programas ao redor do planeta Terra. Depois dessa pesquisa, veio o resultado, o que dá certo e o que não dá certo.

Vamos acessar esse documento, vamos entrar no site do UNODC Brasil, o documento está liberado, pode baixar, imprimir, copiar, fazer o que quiser, mandar no *WhatsApp*, vamos estudar, antes de falar sobre o tema das drogas, temos que nos munir de informações. Não informações do senso comum, não aquilo que o tio do vizinho ficou sabendo, nem o vizinho, nem o pai. Temos que pegar informações científicas (PALMAS), com base científica e começar a estudar esse tipo de informação.

Já veio um bilhete de tempo esgotado, mas vou precisar de mais tempo.

Primeira coisa, que estava falando, a prevenção nós não fazemos. Hoje o Estado de Mato Grosso não tem nenhum programa de prevenção implantado. Isso é gravíssimo.

E estamos aqui hoje discutindo o Eixo 02 da Política Nacional de Combate as Drogas, que é tratamento, recuperação e reinserção social. Esse Eixo também é importante, mas não mais que a prevenção, porque as Nações Unidas detectaram que a cada 01 dólar investido em prevenção, economizamos 10 dólares com todas as outras consequências que vêm depois, na saúde que tem que acolher essas pessoas que já desenvolveram o uso problemático, desenvolveram uma dependência; na segurança pública que tem que atender, infinitamente, um número infinito de ocorrências por conta da utilização de drogas.

Então, a cada 01 dólar investido em prevenção, economizamos 10 em tratamento, beleza.

E as comunidades terapêuticas o que tem a ver com isso? Tudo o que estou falando. As comunidades terapêuticas têm um trabalho importante e isso ninguém pode negar, mas quais comunidades terapêuticas? Aquela que aquele colega que antecedeu falou para a gente. Aquelas comunidades terapêuticas que fazem a suas atribuições definidas por lei. Qual é a atribuição? O que é uma comunidade terapêutica? É uma instituição de apoio ao tratamento, ela não faz tratamento, não sou eu que estou dizendo, não é uma opinião pessoal, particular. Existe uma legislação que diz isso. Comunidade terapêutica não faz tratamento.

Então, quando a gente vê aquelas propagandas assim: comunidade terapêutica tal, tratamento para drogas, já tem alguma coisa errada ali.

Ela é um apoio ao processo de tratamento. Então, ela é uma instituição de apoio ao processo de tratamento, de caráter voluntário. O que é voluntário? Não é obrigatório. Quer dizer a pessoa só pode estar lá, voluntariamente. Aquilo que o colega também falou.

Mas hoje quando a gente...

(ALGUÉM DA PLATEIA INTERROMPE.)

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Vamos falar sobre os resultados, só um minutinho.

(ALGUÉM DA PLATEIA INTERROMPE.)

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Eu quero pedir para a mesa autorização, se eu posso continuar.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Eu vou pedir para a plateia, professor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Eu vou tentar concluir em um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Eu agradeço, vamos garantir a palavra.

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Então, eu penso que... Eu estava dizendo, voluntário não é obrigatório, e você vai hoje às comunidades, eu fui no ano passado em seis comunidades terapêuticas. Em todas elas... Eu sei que tem muito mais que sessenta, estou dizendo das que eu fui, com licença. Nas seis que eu fui, em todas elas tinham pessoas que não estavam lá porque elas queriam, estavam lá compulsoriamente, e isso já é um problema, porque não é a lei...

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Vamos garantir a palavra para o orador, em um minuto ele vai concluir.

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Além de ser voluntária... As pessoas deveriam estar lá voluntariamente. Então, a comunidade não faz tratamento, ela faz um apoio, o que é importantíssimo. A pessoa precisa de tratamento onde? Na rede pública de saúde. Ela vai lá, vai encontrar medicação, vai encontrar o apoio do profissional da saúde. Mas, o ser humano tem vários outros aspectos, não é só o físico, o ser humano tem o emocional também, e a comunidade terapêutica presta um apoio muito importante nesse caso. Essa pessoa vai lá, vai receber...

Então, para se promover o tratamento, são vários aspectos que devem ser levados em conta, e quem faz o tratamento é a saúde pública, e essa está capenga, está precisando, sim, de emenda parlamentar, está precisando melhorar a sua funcionalidade. (PALMAS)

Bom, eu quero agradecer a atenção, pedir desculpas.

(ALGUÉM DA PLATEIA FAZ UMA PERGUNTA)

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - Não tem, no sistema de saúde existe uma série de medicações que auxiliam nesse processo. Se você participa, você deve conhecer isso.

E é claro que não existe uma cura com remédio, não é? Mas existem...

(PLATEIA SE MANIFESTA.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Pessoal, por favor, se começarmos a discutir não vamos...

O SR. PAULO ROBERTO SANTANA JÚNIOR - ... Nós não vamos evoluir na discussão, mas os representantes da saúde estão aqui, o Secretário de Saúde está aqui, e talvez ele possa também dizer que existem medicamentos que auxiliam nesse processo de tratamento, e que ele é prestado pelo serviço público de saúde e não por instituições particulares.

De qualquer forma, quero agradecer e pedir desculpas por extrapolar o meu tempo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Parabéns ao Prof. Paulo Roberto. Quero chamar mais um orador da plateia, Sr. Alonso Alcântara Moura, Presidente da Federação de Comunidade Terapêutica do Centro-Oeste.

O SR. ALONSO ALCÂNTARA MOURA - Que a paz do nosso Senhor Jesus Cristo esteja nesta Casa!

Quero cumprimentar a mesa em nome do Deputado Romoaldo Júnior e do Deputado Sebastião Rezende.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Cumprimentar a plateia em nome...

Se um dia eu abri uma comunidade terapêutica, foi por amor a Deus.

Eu vi um homem que há muito tempo começou a levar pessoas para dentro de casa. E esse “cara” não era usuário químico. Essa pessoa é o Pastor Teodorico. O Pastor Teodorico pegou as pessoas e as levou para dentro da sua casa. Foi assim que começaram as comunidades terapêuticas. Começaram por amor ao próximo. (PALMAS) Não começaram cheias de técnicas.

O doutor Deus que acabou de falar aqui, você quer saber técnica de cuidado ao ser humano? Nós não cuidamos de drogado e nem de alcoólatra. Nós cuidamos de ser humano. É isso que temos que discutir nesta Casa de Leis.

Fiquei contente quando a Coronel Zózima falou aqui sobre mudar a Secretaria de Segurança Pública. Eu tenho o nariz quebrado de tanto bater à porta da Secretaria de Segurança Pública, nas Secretarias de Estado, e eles batem as portas na nossa cara, das comunidades terapêuticas, tratam-nos como lixo.

Como esse cidadão que teve um dia o prazer de estudar, em vários dias, e à noite ele passa estudando, final de semana estuda, e não cria um pouquinho de amor ao ser humano, ao próximo. (PALMAS) E vem falar aqui que temos que aprender a cuidar do ser humano.

Nós cuidamos do ser humano, cidadão.

Sabe que aqui tem uma pessoa superpreparada, chamada Dr. Mário Roberto Kono. (PALMAS)

Mário Kono é a bateia, é aquele martelo que bateia no garimpo para tirar o ouro. Se vocês querem saber sobre lei, o que deve fazer uma comunidade terapêutica, falem com esse homem, e escrevam uma lei. Não é difícil! Não precisa ficar nos ouvindo. Ele já tem! Dr. Wagner Fachone tem; o Dr. Marcos Machado tem; Deputado daqui de dentro tem.

Um dia, eu com pouco estudo, doutor, com pouco estudo, mas com muito amor a Deus, com muita temência a Deus... Eu respeito vocês por terem se formado, eu respeito. Deem graças a Deus por terem se formado, enquanto muitos de nós não tivemos a oportunidade para nos formar, mas nós tivemos a oportunidade de ganhar amor a Deus e de cuidar do próximo. (PALMAS)

Então, um dia, assistindo a uma palestra do Dr. Lair Ribeiro... Eu sou ignorante, mas eu presto atenção nas pessoas que têm conduta, eu presto atenção nas coisas boas. E o Dr. Lair Ribeiro falou que no dia que chegou a terra, já tinha a câmara, o pneu, o aro, o ar. E o que ele fez? Ele montou o pneu e pôs para rodar.

Eu quero que os senhores entendam, Sr. Secretário, que os senhores já estão aqui, que o Estado já tem todo esse mecanismo, só basta querer fazer rodar, esqueçam um pouquinho da lei, vamos olhar para a nossa direção, vamos olhar para o ser humano, que é a principal causa dessa reunião. Nós viemos por valor à vida, não viemos aqui discutir direitos e deveres, viemos com a possibilidade de que um dia, quando um policial for entrar na Secretaria de Segurança Pública, a Dona Maria tem que estar com o filho formado, preparado, com boa educação e o Governo recolhe ele para dentro. E ele vai para luta, esse cidadão, sim, envolve com drogas, o Governo do Estado aposenta ele, compulsoriamente, e esse cidadão é devolvido para a Dona Maria. E ninguém quer saber para onde ele foi, como ele voltou para casa, quer saber que volta com o cartãozinho... Livrou-se do problema, mas largou nas mãos das mulheres.

Por isso que há esse índice de violência nas casas das mulheres... Matam, batem nas mulheres, é o uso da dependência química, e o Governo vira a cara para isso. Fizeram uma lei

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

nesta Casa que tem que aposentar o cidadão, aposenta, e ele vai com o cartão do usuário, do traficante.

Agora, eu vou convidar Vossa Excelência, eu tenho oito anos que tenho uma comunidade terapêutica chamada Paraíso, na estrada do Manso... Quando Vossa Excelência no dia 24 para dia 25, na ceia de natal, Vossa Excelência está tomando seu uísque e curtindo sua vida com seus familiares, eu e minha mulher estamos lá fazendo a ceia para eles. (PALMAS)

Enquanto Vossa Excelência, no dia 31, está na praia queimando fogos, eu minha mulher estamos lá fazendo ceia para eles, tratando com dignidade. Nós temos que dar dignidade ao ser humano, é o que nós temos que fazer na vida, parar com essa barrela de ficar discutindo lei. Vamos ouvir o ser humano, é como a Coronel Zózima falou, vamos começar da base, vamos ouvir as coisas verdadeiras, e não vir aqui com negócio de livrinho, com historinha. De projetos, o mundo está farto, e nesta Casa de Leis está lotado, está abarrotado, só que não se coloca em atividade.

Eu agradeço ao senhor, Deputado Sebastião Rezende, por ter nos liderado naquele dia e colocado o Paulo Moura para ser o nosso líder nessa temática. Hoje já temos alguma coisa que reconhece a comunidade terapêutica.

Quero agradecer a Deus, principalmente, por esta oportunidade que está nos dando.

Senhores Secretários, eu queria que os senhores levassem daqui... E amanhã, a partir de amanhã, dê um abraço no Pivetta, porque foi ele que me ajudou com um pedaço de porco para começar a Paraíso. É assim que fazemos comunidades terapêuticas, ganhando doações dos outros, enquanto o Governo fica parado (PALMAS).

Então, está na hora, senhores! Não esperem por lei, não! A Secretaria de Segurança, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Esportes vão e participem conosco nas comunidades.

Eu vou falar uma coisa para vocês: sempre falaram de rede e a rede está feita, os senhores estão aí, só basta querer fazer.

O ex-Prefeito Mauro Mendes, no ano passado, construiu uma rede e colocou dentro das nossas comunidades e de quinze em quinze dias tem Secretarias de Saúde, de Trabalho, de Esporte e de ordem pública.

Vencer o *crack* é possível, Coronel? É possível. Um dia tinha o Coronel Henrique, o Coronel Zilmar... Está aqui o Capitão Noelson, representando a ordem pública, que falou assim: “Me deram uma bomba. Para vencer o *crack*, é possível. Nós não temos dinheiro”. Eu falei: então, vamos arrumar primeiro a bronca e depois arrumamos a solução. Até o dia que ele saiu da Secretaria Municipal de Obras Públicas tinha levado para a nossa comunidade 286 pessoas de rua.

Então, que Deus tenha misericórdia da minha alma e ilumine vocês para que tirem um pouquinho das técnicas das suas vidas e coloque amor, em primeiro lugar, a Deus (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Obrigado, Alonso.

Eu gostaria de convidar o ilustre Juiz Dr. Mário Roberto Kono, do Juizado Especial Criminal Unificado, para fazer uso da palavra (PALMAS).

O SR. MÁRIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos e a todas!

Peço licença para dispensar as formalidades, que está sendo bem objetiva e o nosso tempo é curto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

A grande maioria aqui é nossa conhecida, como é conhecido o problema de cada segmento, de cada um e o valor também de cada segmento e de cada um. A psicologia, a saúde mental, a segurança, a educação, cada um tem um papel preponderante.

Eu gostaria, Deputados Sebastião Rezende e Romoaldo Júnior, que fosse feito, sim, por meio desta Casa, pela sua representativa, outra, mas ampla, em que fossem debatidos os segmentos.

Concordo plenamente com o Paulo e com os demais que falaram que a prevenção, talvez, seja o eixo mais importante que começa pela educação, que a saúde tem o seu papel importante, a segurança, a questão de coibir tem essa importância. Mas hoje estamos aqui para discutir comunidade terapêutica.

Comunidade terapêutica, como bem disse o Gilson, como bem disse o Presidente da Federação, não se confunde com clínica. Isso não quer dizer que a clínica não tenha a sua importância, a comunidade terapêutica não tem a sua importância, mas são diferentes. Isso tem que deixar bem claro: são diferentes. A clínica está totalmente ligada à questão da saúde, Secretaria de Saúde, e a outra mais ligada à questão da ação social. As comunidades terapêuticas hoje já bem definidas, inclusive, pelo SENAD.

Pois bem, então vamos limitar as comunidades terapêuticas.

Quando nós falamos em comunidades terapêuticas, vamos tratar também de comunidades terapêuticas e não daquelas que se dizem comunidades terapêuticas e aprontam toda ordem de ilegalidade. Vamos afastar, vamos falar em comunidades terapêuticas sérias, que é essas que nos interessam. (PALMAS)

Sabemos que as comunidades terapêuticas para ter o seu credenciamento e fiscalização, que se faz necessária, assim está por lei e tem que ser seguido. E aqui ficou incumbida a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e o Conselho Estadual de Entorpecentes. Não há como fugir disso e nem acredito que deva fugir disso. Deve, sim, continuar.

A luta bem encampada pelo Deputado Sebastião Rezende é criar mecanismos para que essa burocracia, essas exigências, que torna possível a legalidade de qualquer comunidade terapêutica, possa ser vencida sem que seja violada a lei e sem que também se tire a responsabilidade dos órgãos que a ele estão vinculados. Isso foi debatido na Comissão que foi feita.

É preciso o quê? Que as comunidades terapêuticas tenham reconhecimento do seu trabalho e que seja facilitada a sua continuidade. São verdadeiros heróis, que estamos cansados de ver quando se trata de comunidades sérias, que dedicam a sua vida em defender o próximo, em auxiliar o irmão. Agora, essas pessoas já não recebem nada por isso, vamos pensar em lucro quando sabemos que a sua grande maioria sequer consegue pagar a própria alimentação, mas são pessoas ligadas muitas vezes a seguimentos religiosos, independente se é evangélico, católico, espírita. Não importa! Todos ligados a Deus. Mas que quer o irmão como responsável maior.

O que se precisa? Um trabalho já foi feito. O que se precisa é que nós possamos nos unir agora sem que haja a questão de trazer a verba para um lado ou para o outro, puxar a brasa para a sua sardinha. Não é nada disso que está se discutindo aqui, agora. Quando for discutir verba para a saúde, nós vamos trazer aqui CAPS, Aduino Botelho, psicólogos; quando se for falar de educação, nós vamos trazer aqui os profissionais da educação, os Secretários; quando for falar de segurança e assim por diante. Mas hoje o segmento é a Comunidade Terapêutica.

E o que se precisa neste momento não é um real ainda. O que se precisa é a facilidade para que essas Comunidades Terapêuticas sejam reconhecidas pelo Estado e que o Estado,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

pelos seus diversos segmentos, isso, inclusive, nas três esferas, possa ajudar as Comunidades Terapêuticas; quando ele possa pedir uma licença e não demore mais de um ano para que fique pronta; quando ele precise de uma autorização do Corpo de Bombeiros e seja facilitada e pelo menos que ele possa dar entrada em um processo de legalidade para que possa não só, porque a sua grande maioria não é o próprio Estado, é o particular, mas, mostrar uma seriedade, um compromisso, ali teve a fiscalização, teve a legalidade para que possa chegar no empresário e falar: “eu faço isso e está aqui credenciado pelo Estado, que fiscalizou, que viu, pelo Corpo de Bombeiro. Estamos dentro de um seguimento legal, procurando fazer”. Para que dê credibilidade àquele empresário para ajudar, para que credibilidade ao próprio Estado, no meu caso, que é o Poder Judiciário, através de penas e medidas alternativas para que possamos ajudar.

É isso o que eles estão precisando agora.

Então, o que eu gostaria que todos fizessem era se unir para chegar ao Sr. Governador de Estado e falar: “Sr. Governador, nós precisamos disso para as comunidades terapêuticas, para que amanhã as comunidades terapêuticas somadas, e os senhores também, cheguem para o Sr. Governador e diga,: “Sr. Governador, a saúde mental está carente, está precisando disso...” Para que depois cheguem juntos e falem: “Sr. Governador, a educação precisa de verba para esse tipo de prevenção.”

E não brigarmos entre nós, quando a busca e o ideal são um só... (PALMAS) ...que é a valorização do ser humano.

Então, é isso que eu gostaria que vocês, contando comigo, fizessem.

Hoje nós estamos aqui para dar um norte, para dar uma solução, para uma ajuda às comunidades terapêuticas. Pretendo estar aqui amanhã para ajudar a saúde mental, que eu sei o quanto é carente, o quanto é desprestigiada... (PALMAS)

Estarei aqui depois de amanhã para trabalhar a questão da segurança, se for o caso. Estarei sempre que for chamado para defender os segmentos da prevenção, que eu julgo como o melhor caminho, sempre que for chamado. Espero também que essa seja nossa mentalidade.

Sei o quanto cada um de vocês aqui se dedica dentro da sua área, mas é preciso que nos unamos para que esse clamor, para que essa luz chegue até os nossos representantes.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Agradeço as palavras do Dr. Mario Kono.

Convido o ilustre Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso, Dr. João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA – Sr. Presidente Romoaldo Júnior, também Deputado Sebastião Rezende, demais integrantes da mesa, colegas companheiros do Conselho Estadual de Saúde, colegas da Secretaria Estadual de Saúde, senhoras e senhores aqui presentes.

Fiquei muito feliz por ouvir essas palavras agora do Juiz falando a respeito da necessidade de realmente nos unirmos.

Não estamos aqui com o objetivo de jogar culpas num ou noutro em razão dos problemas já havidos.

Nosso objetivo realmente é acharmos um caminho que dê resolutividade a esses problemas e o problema que estamos falando é um problema de cuidado com pessoas.

O Deputado Romoaldo Júnior falava da problemática vivida na sua casa. Eu também já vivenciei o mesmo tipo de problema na minha casa e, em muitos momentos, a família

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

realmente não consegue atender, o médico não consegue atender, o psicólogo não consegue atender, o psiquiatra não consegue atender e as vezes só realmente com a palavra de um pastor, de um padre, de um amigo.

Meus amigos, são vários segmentos que quando se trata desse problema, droga, problema dependência de álcool e droga, muitas vezes não achamos uma explicação para poder solucionar o problema. Então, precisamos realmente nos unir, precisamos nos ajudar, porque discutir, não vamos discutir ou brigar no sentido, não vamos achar solução porque nesse momento várias pessoas, vários pais, mães, várias famílias estão por ter os seus queridos que estão sendo cercados por esse mau que é droga e álcool. Precisamos realmente nos ajudar.

Então, eu aqui nem estou falando tanto como Secretário de Estado de Saúde, mas como cidadão, como pessoa que também sou e que também procuro amar o meu próximo como a mim mesmo, porque é dessa forma que podemos, amando o nosso próximo, querendo o bem do nosso próximo como queremos para nós próprios, também cuidar dos recursos públicos, procuramos cuidar das políticas públicas, procuramos dar um direcionamento correto para o bem da sociedade.

Então, não falo aqui apenas como Secretário de Estado de Saúde, mas como cidadão, nós precisamos realmente nos unir e fazer o melhor, porque esse mal, droga e álcool, está causando muitos dissabores às famílias, logicamente trazendo dissabores para a sociedade, trazendo tantos problemas, gerando tantos sofrimentos para as famílias.

Então, meus amigos e amigas, quero parabenizar as palavras do Juiz Dr. Mário Roberto Kono de Oliveira, que nos antecedeu, porque achei muito relevante sua manifestação.

Quero deixar muito claro que a Secretaria de Estado de Saúde, através do nosso corpo técnico, está à disposição, assim como eu como Secretário de Estado de Saúde, para que possamos ser parceiros para ajudar, assim como na questão álcool e drogas, e também na questão da saúde mental, estamos desenvolvendo, junto com nossa equipe, trabalhos que venham modificar a realidade que hoje está sendo vivenciada no nosso Estado.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Agradeço a participação do Exmº Secretário.

Agora vamos ouvir uma cidadã, Isabela Nunes. Está presente? Ela fez inscrição. Srª Isabela Nunes?

Está ausente.

Convido para usar da palavra o jornalista Pedro Ribeiro.

Sr. Pedro, o senhor tem três minutos. Peço a compreensão porque a Audiência Pública vai encerrar às 18h, são três horas de audiência e iniciamos às 15h.

O SR. PEDRO RIBEIRO - Quero falar aqui ao Juiz Mário Kono que suas ponderações merecem nossas considerações.

Na verdade, como jornalista e agente social acompanhei o trabalho de Várzea Grande especificamente.

Foi falado anteriormente aqui que alguns projetos não existem. Na verdade, existem os projetos. Existe o Projeto “*Crack, é Possível Vencer*”, implementado no Município aqui ao lado, no Município de Várzea Grande, inclusive peço uma salva de palmas ao trabalho da Guarda Municipal de Várzea Grande, que faz um trabalho fantástico exatamente na ajuda aos usuários de *crack* e álcool. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

O Secretário disse há pouco que poderia estender. Eu proponho também aqui que se crie, Deputado Romoaldo Júnior, um fórum permanente de discussão envolvendo drogas, álcool e saúde mental, que sejam –, vejo aqui que não tem a presença de Representante do Ministério Público - inseridos os outros Poderes, o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa e quiçá possa sair daí o referencial político e jurídico para que se crie um fórum permanente de ajuda e discussão. Porque, na verde, três pilares: a política nacional antidroga, que é prevenção, a ajuda e autoridade trabalham com a teoria da drogadição, que, na verdade é inserir essas pessoas que estão marginalizadas, à margem da sociedade, para fazerem um tratamento nas clínicas públicas. Especificamente em Várzea Grande é no CAPs I e II.

Aqui, em Mato Grosso existe o trabalho especificamente do *crack*: é possível vencer.”.

Então, como jornalista, venho propor, inclusive, à mesa, ao Deputado Romoaldo Júnior, que ele possa se sensibilizar com esse movimento que acho válido.

Uma salva de palmas à comunidade terapêutica e uma salva de palmas, também, ao trabalho dos órgãos públicos de Mato Grosso, que fazem um trabalho, sim; que fazem um trabalho, sim. Não está abandonado, não!

Que o Deputado Romoaldo Júnior...Proponho ao Deputado que faça um projeto ou proponha um grande movimento para ser criado esse fórum e que traga aqui os representantes de todos os poderes. E Oxalá, quem saber, possa ser tirado um pedacinho do orçamento de casa Poder que acho que não é muito distante para ser inserido nesse fórum e que seja coordenado ao Poderes destinarem um pedacinho do orçamento às comunidades terapêuticas legais, que atuam na legalidade e, também, ajudar os órgãos públicos que estão inseridos nesse processo de ajuda humanitária.

Era isso!

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Quero agradecer as palavras do Pedro.

Convido a Sr^a Vera Lúcia Honório dos Anjos, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social, para fazer uso da palavra.

Por favor, Vera, vamos lá!

A SR^a VERA LÚCIA HONÓRIO DOS ANJOS – Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Eu quero parabenizar a iniciativa do nobre Deputado em propor esta Audiência Pública, dizer que a gestão a avançar na luta do Conselho Regional de Serviço Social -CRES não poderia se furtar de estar presente neste momento uma vez que a política de saúde mental no Brasil é uma das frentes de trabalho do profissional de serviço social.

Eu quero colocar, como foi dito no primeiro... Fantástico também é o trabalho que a política pública faz em Mato Grosso, em Cuiabá na saúde mental, com todo respeito ao trabalho que as comunidades terapêuticas têm feito aqui em Cuiabá, em Mato Grosso, tem muitas, mas também quero enaltecer o trabalho que a saúde pública tem feito.

E dizer que em proporções, todo mundo tem uma situação dessas que já foi colocada aqui. Eu quero colocar, em nome do Conselho Federal de Serviço Social e do Conselho Regional de todo Brasil, nós fazemos a defesa da aplicação das políticas públicas por meio do SUS, nós temos deliberações das conferências de saúde, as recomendações, nós temos definido na Lei 10.216, está colocado lá o que é um instrumento democrático, é processo que foi aprovado, é uma luta histórica da reforma sanitária, nós precisamos também considerar isso, é um trabalho dentro da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

própria constituição federal, coloca lá que a política pública ela precisa de complementaridade com outros setores, as comunidades terapêuticas ela tem essa finalidade, mas ela não é a essência da política de saúde, nem da saúde mental.

Então, quero colocar isso, e dizer que nessa a 10.216, coloca-se que precisa ter um trabalho de atendimento, um local apropriado para atender, então, toda uma prerrogativa que precisamos ser atentos para isso.

Então, eu acho que um trabalho da Secretaria Estadual de Saúde é dever do Estado garantir plenamente a saúde na formulação, execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de danos e de risco de doenças e outros agravos, isso está na Lei 8080. Então, estou querendo reforçar a necessidade de nós fortalecermos, hoje nós temos em Cuiabá o CAPS, está parado, está provisoriamente no Boa Esperança e não terminou a obra ainda, quem é usuário, quem é assistido sabe do que estou falando, a rede de saúde pública hoje tem os melhores profissionais qualificados, o nosso Secretário João Batista sabe disso (PALMAS)... Para atender a essa equipe, para atender aos usuários, nós temos técnicas, como foi colocado aqui, existe uma questão científica para poder lidar com isso, precisamos valorizar a... Não podemos jogar fora a criança, a água e a bacia como comentei agora há pouco, temos todo um arcabouço legal para isso funcionar, precisamos dar uma oportunidade para o SUS.

Então, se está tendo disponibilidade de recurso para as comunidades terapêuticas, eu venho aqui pedir dinheiro para o SUS (PALMAS). Eu venho pedir dinheiro para o SUS, eu venho pedir dinheiro para os CAPSs, para implantar o CAPS III em Cuiabá.

Eu queria colocar, somar com as questões que o Dr. Kono colocou e dizer assim: essas distribuições de recursos precisam ser monitoradas, precisamos dar uma oportunidade de consolidar o SUS nessa área de saúde mental. As tecnologias hoje, os investimentos científicos na ciência da saúde é muito avançada, mas na saúde mental está muito tímida, nós usamos medicamento de 1970 ainda! Isso precisa ser incrementado.

Eu coloco uma profissional de saúde, eu trabalhei na rede de saúde mental e aí dizer assim, as comunidades terapêuticas tem um respeito do esforço que ela faz, mas carece de equipe melhor qualificada para lidar com as divergências, diversidades que o transtorno gera em relação dessas patologias que desdobram da saúde mental e da dependência química.

O CRESS como todos os conselhos, fiscaliza as unidades de saúde sejam elas terapêuticas, públicas ou privadas. Nós visitamos, visitamos e percebemos que falta profissional, percebemos que algumas comunidades, aí eu não sei discernir se é legal ou ilegal neste momento, mas o acondicionamento de medicamentos está inadequado, de alimento, as acomodações para as pessoas que estão sendo assistidas são desumanas, então, isso precisa ser revisto, o Estado precisa estar presente nisso.

Precisamos trabalhar na visão terapêutica de tratamento na perspectiva da autonomia e emancipar essa pessoa. Tem alguns tipos de tratamento que são carregados de preconceitos, estamos vivendo um momento de fundamentação religiosa e isso não liberta, não dá autonomia, não emancipa o indivíduo.

Eu queria colocar isso já que alguns colocaram a proposta, eu queria também colocar uma proposta nesse sentido dizendo assim, colocar uma proposta no sentido que revisse esse recurso e desse uma oportunidade, um prazo. O dinheiro para o CAPS III está na conta. O Estado precisa aplicar isso. O dinheiro que vem para o programa do craque está na conta. Precisa aplicar isso. Então, eu acho que esta Casa de Leis precisa fazer valer isso, executar, dar uma oportunidade

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

ao SUS. Então, vamos incrementar o CAPS III, vamos arrumar o CAPS AD, e fazer isso. Fiscalizar, monitorar esse trabalho.

A minha proposta somando com a que o Juiz colocou é no sentido de monitorar esse recurso público, porque quando falam bem assim: “É muito difícil acessar o recurso público, porque a exigência é muito grande, de alvará, de isso...”.

Quando fiscalizamos, no caso o Conselho, vamos lá e fazemos uma autuação e pedimos um tempo para essa pessoa regularizar a situação dela. Olha, está faltando isso, isso, isso, e não falta.

Se demora um ano para ter um alvará, por que será que demorou um ano? Então, precisamos ver isso com mais detalhe. Eu acho que o poder do Estado é acompanhar, monitorar e fortalecer as políticas públicas para poder fazer a contrarreferência. É isso que nós queríamos...

Nós queremos aqui entregar, porque nós levantamos – não deu para colocar aqui – o quanto de recurso que tem sido demandado para a rede de comunidade terapêutica. Está no *Diário Oficial*, não é uma novidade. Eu vou colocar aqui e vou entregar para o Deputado todas as cópias do *Diário Oficial*, do que foi licitado para os Municípios em termos de recurso, estão aqui. Isso aqui não sou eu quem está falando, é o *Diário Oficial*, é do relatório do FIPE e vou colocar uma nota do Conselho Federal em relação ao entendimento que ele tem das comunidades terapêuticas, só para complementar, o acúmulo de informação e de conhecimento para dar essa necessidade em relação à implementação de política de saúde mental, voltada à dependência química.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Antenor, vamos deixar o próximo orador e vamos lembrar da palavra do Dr. Mário, vamos entender todo mundo.

Eu gostaria de convidar o representante do Tribunal de Justiça, o Sr. Jorge Luiz Tadeu Rodrigues, Juiz de Direito, representando o Presidente daquele Poder, Desembargador Rui Ramos.

O SR. JORGE LUIZ TADEU RODRIGUES – Obrigado, Deputados Romoaldo Júnior e Sebastião Rezende, em nome de quem eu cumprimento todos os componentes desta mesa.

O Desembargador Rui até queria vir pessoalmente aqui, tamanha importância que ele deu a essa iniciativa do Poder Legislativo, que se ocupa de um tema tão importante, tão momentoso e tão necessário pelo qual passa a nossa sociedade, não só a mato-grossense, mas a no Brasil e no mundo. Como bem disse Vossa Excelência, Deputado Romoaldo Júnior, a dependência química trata-se do mal do século.

Na condição de Juiz da Vara de Tóxico de Várzea Grande, durante 13 anos julguei todos os delitos de tóxicos do Município de Várzea Grande. Então, vocês já veem que eu tive um largo conhecimento e experiência nessa área. Antes o uso era criminalizado, antes de 2006, então eu atendi muitos usuários, muito pai, muita mãe de usuário, chorei muito com eles, vendo o desespero, porque não é só o usuário que adocece, mas a família adocece junto, porque não sabe para onde vai, não sabe o que fazer, não tem quem... (PALMAS)... E vou dizer aqui: desculpe-me os formados como eu, porque tivemos o privilégio de fazer um curso superior, que ainda não chegam a 10%. Na minha época era só 1%, nós fomos privilegiados, nós passamos pela academia e temos conhecimento técnico.

Mas, na época em que eu entrei, em 1999, nós não tínhamos essa preocupação maior do Estado em relação à dependência química e a saúde mental. Então, de quem eu me valia? Eu me valia do Pastor Cardoso, lá de Várzea Grande, para quem eu mandava aqueles casos, porque

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

nós não tínhamos para onde mandar. E o resultado era bom! Nós tínhamos resultados maravilhosos! Às vezes, o dependente químico precisa é de um abraço, precisa ser visto, porque a família dele... (PALMAS)... é disfuncional, o pai é alcoólatra, a mãe não dá bola e ele vai para a rua. Nós estamos perdendo a nossa juventude e nós precisamos acudir!

E o Estado, por ser tão grande, não tem como acudir todo mundo. Nós precisamos é nos dar as mãos, Academia, Dr^a Morgana, eu respeito muito o conhecimento técnico, mas nós precisamos ajudar as comunidades terapêuticas a se adaptarem àquele mínimo necessário legal... (PALMAS)... ajudar e não criminalizar. Eu penso dessa forma.

Eu peço esse apoio, Deputado Romoaldo Júnior, para que não esmoreça nesse campo. Vamos aprofundar, vamos nos ajudar, vamos tentar legalizar e ajudar as comunidades a se adaptarem ao mínimo legal necessário. É muita lei. Há muita lei que é feita lá no birô, lá no conjunto com ar-condicionado, lá em Brasília, não sentem no dia a dia o que é necessário.

Nós estamos fazendo uma ação conjunta, agora, com a própria Secretaria de Saúde e com o próprio Município, tentando criar uma comunidade terapêutica dentro daquilo que é exigido na lei, mas são muitos os requisitos, só um que eu acho assim um absurdo, nós queremos criar lá pelo menos 10 casas de acolhimento terapêutico, mas você tem que ter uma porta para a rua. Ora! Em determinado momento o que é acolhido, o que é dependente químico, ele não pode, ele não tem nem condições de se cuidar. Então, como é que nós vamos deixá-lo... “Tem que ter a porta para a rua, porque é assim que determina a lei”.

São coisas que os burocratas muitas vezes estão exigindo e que na hora da prática não serve, ou então podemos até ver isso, mas tem que fazer uma classificação, porque não é todo mundo que é, digamos assim... Há fases. Há a fase que você tem que internar, de fato, não é? São várias fases. Aí, você tem que ver. À medida que ele vai tendo certa autonomia você pode dar a liberdade, um pouquinho mais de liberdade.

Então, são várias situações que eu sei que vocês... Se tiverem amor no coração, Dr^a Morgana, o pessoal da saúde que é concursado tem amor no coração. Amor no coração, Pastor, não é só de nós que somos cristãos, também está naquele que é contratado e que quer de fato fazer. Existem muitos bons funcionários. O que é verdade também é que o Estado tem muita lei e pouco recurso. E aí eles ficam dando murro em ponta de faca, não conseguem atender.

Eu recebi uma devolutiva do CAPS AD (PALMAS), porque eu mando para lá em média 03 ou 04 por dia, porque eu sou Juiz de Execução Penal, hoje eu trabalho com o resultado da dependência química, porque 90% dos delitos têm na sua raiz uma dependência, ou seja, do álcool ou seja da droga.

Nós sentimos a necessidade de encaminhar esse pessoal para eles se livrem do vício da droga, porque se ele estiver no vício da droga ele vai acabar delinquindo seja como traficante e usuário, porque tem que manter o seu vício, seja como dependente mesmo, ele é apanhado com certa porção de droga e volta para o sistema.

Então, o CAPS AD, é uma devolutiva no sentido que não consegue atender um terço. Está atendendo um terço, quer dizer que de cem, eles atendem trinta e poucos, nem isso.

Então, como vamos dispensar o relevante trabalho das igrejas, eu falo aqui, sou espírita, mas especialmente da Igreja Assembleia de Deus, que tem um trabalho forte nessa área, das pastorais e de todos que nos ajudam. Não podemos dispensar, temos que abraçá-los, ajudá-los a se adequar e fiscalizá-los, se for o caso, (PALMAS) certo? Visitá-los. Eu confio que vocês, com esse

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

amor no coração, capitaneados por esse brilhante Deputado, pelos dois Deputados, que estão sendo sensíveis com uma coisa importantíssima na sociedade.

Para quem conhece a Bíblia, nós estamos vivendo os tempos difíceis, os tempos apocalípticos, lá fala que muitos perderão o juízo, certo? A doença mental é enorme, os suicídios aumentaram grandemente, ninguém está... É aquele jovem que se joga na frente de um carro, não foi um acidente. Muitas vezes, foi um suicídio.

Então, está se anotando coisas que não são suicídios, digamos que é um acidente ou coisa parecida, na verdade, são suicídios.

O Deputado Sebastião Rezende falou uma frase que dizia: “Olha, estamos com o coração vazio, porque não temos amor, muitas vezes, porque não temos Deus no coração.” E precisamos preencher esse vazio para que possamos ajudar esses irmãos que se perderam em algum momento, e que estão levando as próprias famílias a se perderem.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Quero agradecer ao Dr. Jorge Luiz Tadeu, que não só deu uma aula de vida, mas também de experiência de anos atendendo famílias que têm esse problema.

Obrigado pela presença.

Gostaria agora de chamar o Pastor Teodorico Barbosa, Presidente da Comunidade Lar Cristão, uma das poucas unidades terapêuticas que atendem feminino e masculino aqui na Capital, que dispõe de três minutos. Queria dar meia hora para o senhor, que merece pelo trabalho brilhante que faz, mas às 18h vamos encerrar, e ainda tem alguns inscritos para serem chamados.

O SR. TEODORICO BARBOSA DE SOUZA - Quero cumprimentar o Deputado Romoaldo Júnior, o Deputado Sebastião Rezende e todo o auditório presente.

Eu agradeço a Deus por essa grande oportunidade de dizer que tenho 23 anos que estou trabalhando na área de recuperação de vidas, temos larga experiência nesse trabalho. Pegamos mendigo de rua, pessoas que chegam desesperadas na comunidade, a família, e nós vemos o sofrimento dos pais, das mães, da família e, como o nosso companheiro, o juiz falou, a família se torna um codependente, se torna um doente. Então, temos que ver tudo isso.

Por exemplo, eu analiso dessa forma, que a saúde deveria andar de braços dados com as comunidades terapêuticas, a verdade é essa (PALMAS), porque a saúde não vai lá debaixo da ponte pegar mendigo, pegar o doente na casa da família para tratar, não. Mas as comunidades, com o dinheiro do Estado ou sem dinheiro do Estado, nós estamos trabalhando 24 horas por dia, há 23 anos. Está aqui o Dr. Elton, que é o psicólogo, que passou pelo Lar Cristão, é um dos nossos colaboradores e trabalhou muito bem.

Eu quero pedir que o Lar Cristão, masculino e feminino, ficasse de pé, porque aqui não tem nenhum forçado, todos eles estão aqui, voluntários, dizendo eu quero a minha recuperação. Está ai, Deputado, o Lar Cristão, masculino e feminino (PALMAS) e não tem ninguém forçado, eles querem o tratamento. Podem se sentar, muito obrigado.

Hoje, nós temos vários profissionais criados dentro da nossa comunidade. Nós temos consultor em dependência química, nós temos psicólogos, que são voluntários, que estão trabalhando conosco, nós temos assistente social, nós temos pessoas capacitadas para trabalhar na nossa comunidade.

Agora, nós precisamos, sim, do dinheiro do Governo. Precisamos, sim. Porque para nós fazermos um trabalho sério, nós precisamos de dinheiro, porque nós precisamos melhorar a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

nossa comunidade, melhorar em tudo, até mesmo na alimentação, precisamos melhorar. Não é que tenhamos a alimentação ruim, nossa alimentação é boa, porque nós trabalhamos com amor. Nós temos a igreja, nós temos alguns empresários que nos ajudam, temos a igreja e temos a família que nos ajudam.

O mais importante disso é o amor de Deus no nosso coração para recebermos o doente. Por exemplo, se uma pessoa procura a comunidade, hoje, um doente com dependência química, as comunidades terapêuticas funcionam como se fossem um pronto-socorro, atendendo as pessoas na hora que elas precisam, porque na hora que ele precisa, ele está em desespero, eles falam assim: “Se eu não conseguir para mim, hoje, uma vaga dentro da comunidade, eu vou cometer um suicídio, eu vou entrar na frente de um carro, eu vou atacar uma família, eu vou fazer qualquer coisa para acabar com a minha vida.” E as comunidades precisam trabalhar como um pronto-socorro, atender na hora que chega. (PALMAS)

E o Lar Cristão, para a Glória do Nome do Senhor Jesus, que eu sou Pastor da Assembleia de Deus, e nós vimos muitas pessoas que eram mendigos de rua, que estavam assaltando nas ruas, e que, hoje, são pastores, são empresários, vários empresários, pessoas que estavam no lixo e são cidadãos que estão inseridos na família e na sociedade.

Esta é minha fala, agradeço esse trabalho (PALMAS), e que esta Audiência Pública venha mesmo acudir as necessidades das nossas comunidades terapêuticas. Quero dizer, mais uma vez, que se a saúde andar de mãos dadas com as comunidades terapêuticas, nós vamos tratar de muitas pessoas, e muitas famílias vão glorificar o nome do Senhor. Agora, as coisas vão bem, porque a saúde está caminhando com as comunidades terapêuticas. (PALMAS)

Obrigado.

Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Obrigado pelas palavras, Pastor Teodorico.

Com a palavra, o Sr. Douglas da Costa, Psicólogo do Centro de Treinamento Álcool e Drogas.

O SR. DOUGLAS DA COSTA - Boa tarde a todos.

Eu cumprimento a mesa diretiva e o auditório.

Sou psicólogo e trabalho na área da dependência química desde que me formei.

Eu quero só colocar algumas pontuações que acho que são muito importantes, relevantes, para acrescentar na discussão a respeito do tema: a questão de verba e de demanda do atendimento na área da saúde mental.

Deixo bem claro que os centros de tratamentos e as comunidades terapêuticas não são contra o serviço público de saúde. Muito pelo contrário, na maioria das vezes, eu, como profissional, encaminho os meus pacientes pós-tratamento para o serviço público. Então, eu acho um tremendo egoísmo e até mesmo uma posição fundamentalista e facciosa muitas vezes de profissionais da saúde, do serviço público, combater as comunidades terapêuticas. (PALMAS)

É muito pelo contrário. É muito fácil chegar aqui, e falar da desumanidade no serviço, e não ir lá fiscalizar e nos ajudar a construir o trabalho dentro das comunidades terapêuticas. É muito fácil criticar, baseado em uma ideologia muitas vezes da reforma psiquiátrica, ortodoxa e não colaborar para que possamos efetivar o trabalho, de fato, humano dentro das comunidades terapêuticas e dos centros de tratamentos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

A fiscalização, muitas vezes, tem uma posição repressiva e não colaborativa. A fiscalização precisa ser colaborativa, de construção de saberes e de fazeres dentro das comunidades terapêuticas, até porque nós estamos no Brasil e comunidade terapêutica no Brasil é cultural. Então, eu não posso, de certa forma, ir contra um padrão cultural. Eu tenho que auxiliar esse serviço, e articular esse serviço como colaborador do serviço público.

Até pelo que me consta, o serviço público do SUS não dá conta de alcançar e suprir a demanda da questão da dependência química hoje.

Eu já trabalhei dentro de CAPS, já trabalhei no serviço público também e sei quais são as dificuldades. E nós não estamos aqui hoje para roubar ou para tirar o dinheiro do serviço do SUS, pelo contrario, nós queremos também que o SUS receba investimento tanto quanto as comunidades terapêuticas possam receber respaldo (PALMAS).

Então, eu acredito que tomar uma posição fundamentalista em relação às comunidades terapêuticas é discutir o sexo dos anjos, não vamos chegar a lugar nenhum. Se unirmos força, comunidade terapêutica, centro de tratamento, serviço público de saúde, nós conseguimos amenizar a mazela e a miséria pública da área da dependência química hoje.

Muito obrigado pela atenção de todos vocês (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Obrigado pela participação, Douglas.

Eu convido a Sr^a Luciene Josefá de Carvalho, membro da Academia Mato-Grossense de Letras e Terapêutica da Comunidade Bem Viver, para fazer uso da palavra.

A SR^a LUCIENE JOSEFÁ DE CARVALHO - Boa tarde a todos!

Obrigada, Deputado Romoaldo Júnior!

Senhoras e senhores, eu sou noiada. Eu achei bonito todo mundo aqui ser de alguma instituição, trabalhar em alguma coisa. Eu sou noiada. Eu sou aquela a quem a droga causou flagelo. Eu sou aquela menina, filha de mãe preta, viúva, que entrou para a Universidade Federal e a mãe tinha esperança que ela fosse alguma coisa.

O que me constrange enormemente é quando vejo profissionais, com aspas, eu vejo instituições públicas confundirem droga e dependência química. Eu nunca vi maconha ter perna; eu nunca vi cocaína ter asa; pasta base não tem rodinha. Então, quero saber por que todas as campanhas são antidrogas.

A droga não faz nada, senhores! O que faz a devastação no nosso Estado é a dependência química (PALMAS).

Não adianta destruir o *crack*, que o craqueiro vai cheirar acetona, beber álcool de posto! Precisamos saber com o que estamos lidando.

Eu estive duas vezes lidando com comunidade terapêutica, uma vez para me tratar e lá eles disseram: “eu não sei o que acontece com esse pessoal de Mato Grosso, nós tratamos, tratamos e esses infames voltam a recair”. E eu bairrista que sou, imaginei o meu estado geograficamente colocado no mapa, nós somos a fronteira com a produção da droga pesada! E quando os “caras” querem testar uma droga nova é na nossa cabeça, é aqui. Nós somos a capital da fronteira com o tráfico, precisamos levar em conta isso. O GEFRON deve saber o que estou falando.

Nós somos a fronteira com o Paraguai; somos a fronteira com a Bolívia, estamos próximos de todos os grandes produtores de drogas. Para eles droga é problema e solução, para nós o problema é a dependência química.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Pelo amor de Deus, senhores, acordem! A minha vida se tornou outra, porque foi dentro de uma comunidade terapêutica que eu descobri que tinha uma doença, que eu não era uma vagabunda, uma doida! Eu passei pelo neuropsiquiátrico. Eu passei pelo Aduino Botelho. Tentei tudo do sistema público, até ficar casada quinze anos com um psiquiatra. Não deu certo. Grande parte da droga veio dele.

Nós precisamos é lavar a roupa suja da dependência química, o que é.

Desde 1955 a Organização Social da Saúde coloca na condição de transtorno! É uma doença, é uma doença mental de caráter fatal! Mas ela não mata só a mim se eu usar, ela mata a paciência de quem mora em torno de mim; ela mata o “cara” do posto que vou assaltar para usar a próxima, porque ela tem características compulsivas obsessivas, a mente fica num padrão de querer mais e mais da próxima.

O corpo tem movimentos espasmódicos, porque o sistema nervoso central foi comprometido, só se pensa em querer mais daquilo que anestesia. Nós somos inábeis emocionais. Não adianta falar em diagnóstico para mim. Eu fiz sete semestres de serviço social. Não adianta falar para mim de teoria, porque hoje trabalho numa clínica, numa comunidade terapêutica para mulheres. Linda. Linda.

Eu tenho a honra de trabalhar. São cinco meninas por quarto, ar-condicionado, chuveiro quente, dignidade, porque é o que eu posso fazer de melhor. Sabe por quê? Porque me deram oportunidade de ser a primeira negra imortal na Academia Mato-grossense de Letras, graças a uma comunidade que me internou, graça a minha família que me internou contra a minha vontade. (PALMAS)

A minha família me internou contra a minha vontade, sobre uso de drogas. Eu não tenho juízo. Eu não tenho sanidade.

Vamos falar as verdades, senhores! Ouçam os noiados. Eu estou cansada de técnicos que discutem coisas abstratas e não sabem a minha dor, porque eles viravam as costas e atravessam as ruas quando eu passava, sob o efeito de drogas, eles riam de mim, minimizavam. Ninguém sabe a dor.

Então, ninguém tem coragem de vir aqui falar que é drogado? Eu. Eu sou. Seria tão mais fácil falar que sou um monte de outras coisas, porque hoje eu pude, praticando um programa de 12 passos, que não interessa ir além disso, construir a minha recuperação. Porque não vem falar para mim que recuperação é só no período de internação. Eu preciso também de pessoas que me deem resposta para depois, como que eu lido comigo, como é que eu lido com as minhas dificuldades emocionais. (PALMAS).

Eu não sou um Título de Eleitor, eu não sou cabide eleitoral. Ninguém está aqui para me obrigar a praticar a religião alguma. Eu sou cidadã mato-grossense e é esse respeito que hoje venho exigir aqui nesta plateia. Eu, Luciene Carvalho, imortal da academia, mas absolutamente nivelada com os mais humildes, com aqueles que estão fuçando container na Avenida do CPA. Eles são os meus iguais. E é por isso que eu trabalho em comunidade terapêutica, porque são proteções necessárias para a urgência do cotidiano.

Eu desisti das palavras bonitas. Hoje eu sonho, e os meus sonhos podem ser realizados. Eu tenho poder superior. Eu tenho poder superior e acredito que ele move. Eu sei o quanto de meus companheiros tenta levar as comunidades terapêuticas que têm que trabalhar dentro de si mesmo, as suas dores, as loucuras e crescer. É esse poder superior e é essa comunidade de noiados que me ensinou a ser só mais uma, desinflamar o meu ego para poder suportar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE
POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER
PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES
QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Eu quero agradecer o acontecimento como o de hoje. Eu não ia falar. Mas quando ouvi falar de campanha anticraque, de campanha antidroga, rapaz, o buraco é mais embaixo!

Eu agradeço a comunidade terapêutica onde trabalho. Eu agradeço a todos os corajosos que decidiram pela vida e não pela morte.

Eu agradeço a todos que de uma forma ou de outra permitem que eu continue vivendo, sonhando e crescendo, um dia de cada vez: só por hoje. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Luciene, parabéns pelas suas palavras!

Acho que o depoimento mais forte foi o seu.

A TV Assembleia está transmitindo esta Audiência Pública ao vivo. Vou pedir ao Diretor da TV Assembleia para retransmitir esta Audiência Pública, porque eu acho que quem está assistindo ou quem não assistiu, vê no depoimento da Luciene Carvalho um pedido de socorro de quem precisa realmente de uma clínica e realmente não acha.

Por isso que nós fazemos hoje, Deputado Sebastião Rezende, um trabalho que vimos fazendo em conjunto desde o Governo passado.

Acho que esta reunião foi muito produtiva. Conseguimos reunir a maioria das clínicas terapêuticas da Baixada Cuiabana, mas temos muitas clínicas terapêuticas em todo o Estado de Mato Grosso e elas precisam do nosso apoio.

Vou pedir desculpas para quem não chamamos, em virtude do horário, e chamo o último orador, que é o psicólogo Elton Coutinho, mas com certeza teremos outras oportunidades para todos aqueles que desejam fazer o seu testemunho, trazer o seu testemunho, estejam presentes.

Com a palavra, o Sr. Elton Coutinho.

O SR. ELTON COUTINHO – Boa noite a todos!

Eu quero agradecer ao Deputado Romoaldo Júnior por ter abraçado esta causa, causa esta que há muito tempo defendemos e tirando muitas pessoas da rua e estão aí - como o Deputado Sebastião Rezende mandou levantar as mãos.

Nós não podemos, Deputado Romoaldo Júnior...

Com todo respeito, irmão, eu quero a atenção de Vossa Excelência. Quando Deus dá uma autoridade ou um cargo público para ser representado, seja ele para um Deputado ou para um Coronel, ele tem que ser corajoso na tomada de atitudes para apoiar pessoas que têm dado resultado.

Estou falando isso com conhecimento de causa, eu não estou puxando sardinha para a psicologia porque sou psicólogo também, e é equívoco de profissionais de saúde achar que em comunidades terapêuticas só tem pessoas leigas, não, ali tem médicos, psicólogos, assistentes sociais prestando serviço ao cidadão que está ali... (PALMAS)

Mas uma coisa, Deputado Sebastião Rezende, eu muito me admiro, porque na minha faculdade não me ensinaram que uma pessoa que está na rua por três meses tem que perder o cabelo dele na comunidade terapêutica. Sabe por quê? Porque eu nunca tinha tirado piolho da cabeça de ninguém, mas quando eu conheci o Pastor Teodorico, eu comecei a atuar no Lar Cristão e a minha formação técnica não me dava condições de atender o dependente químico.

Vocês sabem por que ele perde o cabelo? Porque quando ele está na droga aquele cabelo não presta mais porque ele só joga água para acordar e manguear dinheiro para ele voltar a fumar. Ele cria uma caspa e o primeiro cabelo ele tem que perder para o sol bater na sua cabeça e crescer outro couro cabeludo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Então, o que está faltando, senhores, quando vocês forem defender a causa de vocês é procurar o espaço de vocês.

Nós estamos aqui, Deputado Sebastião Rezende, pedindo. Sabe para quê? Para potencializar aqueles que já estão dando resultado. Não é para ficar discutindo com “a e b” acerca dos seus conceitos e dos seus preceitos, não.

Nós estamos aqui para pedir encarecidamente para aqueles que já estão na labuta há muito mais tempo do que eu. Quem sabe o tempo que ele merece de licença prêmio não tem nem o mesmo tempo que eu tenho de formação.

Eu vou te dizer uma coisa, Deputado Romoaldo Júnior e Deputado Sebastião Rezende, o que está faltando nos nossos governantes é coragem, coragem para sair do ar-condicionado e ir lá na comunidade terapêutica para saber o que é comunidade terapêutica.. (PALMAS) ...para na hora de fazer projeto, Sr. Deputado, fazer um projeto coerente e que funcione.

Não estou falando isso aqui jogando conversa fora, não.

Eu estava com o Presidente das Comunidades Terapêuticas, Alonso Moura, tivemos a visita de dois coronéis, um deles o Coronel Henrique, e ele foi pesquisar dentro dos programas, tanto do Estado como do município, alguma coisa que vem dando resultado na recuperação de dependente químico, inclusive aquele ônibus que a Secretaria de Segurança Pública comprou para colocar lá em frente da rodoviária para ficar filmando drogados usando droga, milhões investidos ali, e eu pergunto: quantas vidas foram recuperadas? Nenhuma. Sabe o que é que ele fez? Ele falou: “pega esse ônibus e leva de volta, porque isso aí não recupera ninguém não. Eu estou cansado de ver drogado assoprar fumaça na minha cara”.

Ele saiu visitando e conheceu e reconheceu o trabalho das comunidades terapêuticas, para não fazer projeto municipal, como fizeram aquele Centro Pop, para a pessoa descansar ali à noite para de manhã sair roubando todos os comerciantes do centro de Cuiabá, tanto é que fechou aquele projeto falido.

Agora a comunidade terapêutica, não, ela tem dado resultado.

Sabe o que temos em Mato Grosso, Deputado Romoaldo Júnior? Temos pessoas que precisam estudar mais.

Eu vim do Estado do Paraná, da cidade de Curitiba. Em Curitiba os profissionais atuam dentro das comunidades terapêuticas, porque a abordagem da comunidade terapêutica faz a diferença. Lá tem espaço para o psicólogo. Mas eu quero ver se o psicólogo vai ficar acima das cinco horas da tarde, se o monitor principal estará lá quando não tiver mais ninguém e ele cuidar de toda a residência que está ali para o traficante não vir de moto e não inserir a droga lá dentro da comunidade.

Esse profissional precisa ser remunerado, Deputado, o nosso amigo psicólogo Gilson disse que não precisamos de dinheiro. Eu tenho uma comunidade que cabe 40 pessoas. Se o Governo não me ajudar, eu não abro a minha comunidade, porque não vou fazer como muitos estão fazendo, Deputado Romoaldo Júnior.

Esse povo aqui está fazendo uma responsabilidade que é do Estado, do município e o município não tem abordagem para isso. Mas eles colocam pessoas para vender copo, vender sacola, pessoas que são doentes, não estão capacitados, daí essas pessoas roubam e não trazem o dinheiro de volta para as comunidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Comunidade terapêutica tem que ser tratada com respeito. Têm profissionais psicólogos e médicos? Tem. Tem que se adequar? Tem. Tem que melhorar? Tem. Tem que ser fiscalizado? Tem. Mas primeiramente, irmão, você fiscaliza o que você ajuda, e falta ajuda.

Neste Estado que tem dinheiro.

Eu não sou contra um Coronel ganhar bem, não sou contra um Deputado ganhar bem, um promotor ganhar bem. Que se ganhe muito bem. Mas um dirigente da comunidade terapêutica, alguém que está dedicando sua vida a desenvolver um trabalho, porque tratar comunidade terapêutica, Coronel, não é chegar lá armado. Ali você não vai para matar, vai para cuidar, vai para salvar. É chegar ali e falar: “olha meu filho, você tem que aprender para que funciona carpir um quintal. Isso vai aumentar o seu senso de produtividade, você que não gostava de trabalhar”. É chegar de manhã e acordar cedo uma pessoa que tinha seus hábitos noturnos aguçados e de dia ele dormia, e você ter a paciência de acordá-lo com muito carinho, com muito amor.

O meu tempo já se foi, mas quero deixar uma palavra ao Deputado Romoaldo Júnior. Não pare aquilo que o senhor começou. Faça com coragem, ajude as comunidades terapêuticas, potencialize isso enquanto é tempo porque isso não será cobrado de nós não. Essa autoridade Deus deu para os senhores e o dinheiro e a verba serão destinados através da vida de vocês.

Para prestar o trabalho estamos dispostos. Deus abençoe a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) – Quero agradecer as palavras.

Essa questão das clínicas terapêuticas, respeito as palavras do Elton, que foi muito feliz nas colocações, quando disse que precisa de respeito, mas acredito que todas as comunidades terapêuticas precisam, sim, de recursos, e recursos públicos, porque é papel do Estado atender a família que está precisando de apoio naquele momento.

O que queremos é facilitar o acesso a esses recursos. Quantas vezes vemos o Governo Federal anunciando um bilhão de reais para a recuperação de dependência química, não é?

É muito difícil essa situação. Sabemos da boa vontade de muitas entidades em ajudar, muitas, mas é preciso por na prática.

Eu sei o quanto a clínica terapêutica precisa de dinheiro, conheço alguns aqui, conheço as necessidades.

Vocês não sabem o que é aguentar o Efraim atrás para pagar a energia... (RISOS)... Não sabem o que é aguentar o Efraim, não sei se está presente, para pagar o aluguel que está atrasado. Então ela precisa sim, ela precisa de respaldo por isto esta Audiência Pública e nós vamos continuar, não é Deputado Sebastião Rezende?

Para encerrar, vai falar em nome do Governo, o responsável por esta política que é a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, na pessoa do Subsecretário Adjunto de justiça, o Sr. Enéas Corrêa de Figueiredo Júnior.

Após as suas palavras nós vamos ouvir o hino nacional de Mato Grosso e vamos encerrar, é hino nacional de Mato Grosso porque aqui ele manda ouvir o Hino de Mato Grosso. (RISOS)

Com a palavra o Sr. Enéas.

O SR. ENÉAS CORRÊA DE FIGUEIREDO JÚNIOR – Deputado Romoaldo Júnior, Deputado Sebastião Rezende.

Vou ser bem breve, o tempo já foi longo para nós hoje, eu acredito, e as falas já foram mais do que bem-vindas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Eu só tenho uma pequena questão, meu nome é Enéas, sou advogado de carreira, sou advogado também de formação e há dezessete anos trabalhando com a educação e em nenhum momento, vamos dizer assim, o Conselho da Política Estadual sobre Drogas, tem vários conselheiros aqui, peço que levantem a mão, Dr^a Morgana. Quem mais está aqui? Coronel. Quem mais? Tem representante que estiveram conosco das comunidades terapêuticas, tivemos o pastor também na Comissão Temática com o Deputado Sebastião Rezende. Estivemos juntos neste ano de 2016 com o Dr. Mário Kono, Dr. Flávio Fachone do Ministério Público.

Eu acredito, que todos que estão aqui, jamais ouvi do Conselho Estadual ou da Superintendência ou da Secretaria de Justiça do Estado de Direitos Humanos que nós somos contra as comunidades terapêuticas, jamais. Jamais e eu falo isso, não aqui só na questão de Secretário Adjunto, mas como pessoa Deputado Romoaldo.

Eu digo que em nenhum momento nós fomos contra comunidades terapêuticas, nós sempre trabalhamos para fechar a rede. Porque a rede existe, mas estava cheia de buracos. Estávamos unindo a comunidade e hoje eu vim aqui pensando em ouvir a comunidade terapêutica, por isso eu pergunto, não conheço todas, mas gostaria que levantassem a mão os representantes das comunidades terapêuticas e falassem o nome da comunidade que esta aqui para ficar registrado, por favor.

Pode levantar e falar o nome, por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Alonsio e Neusa da comunidade terapêutica Paraíso. Muito Obrigado.

Pode levantar, comunidade Lar Cristã. Nome do senhor? Pastor Teodorico.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Alessandro Godoi, Comunidade Primeiro Passo 3.

Quem mais?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Elton Edgar, Comunidade Tempo de Vencer.

Quatro comunidades.

Por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Eder, Comunidade Terapêutica Geração Samuel.

Cinco Comunidades.

Quem mais, por favor?...

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr^a Adelma Vargas, Comunidade Bem Viver.

São seis comunidades. Quem mais? Por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Marcelo, Comunidade Terapêutica Vivare.

São sete comunidades. Quem mais? Por favor.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Santana.

São oito.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Pastor Cláudio, Help Vida.

São nove comunidades. Por favor!

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Pastor Carlos, Resgatados por

Cristo.

São dez comunidades. Por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr^a Maria Benedita, Associação Resgatando Cidadania.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – São doze comunidades. A senhora representa duas. Certo.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Pastor Raimundo, Tenda de Abraão e Valter Jacob... Jaboc? Já entendi.

São treze comunidades. Mais uma, por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Flávio, Bem Viver.

São quatorze. Por favor.

Pode falar.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Plenitude.

Nome?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Teresa.

São quinze comunidades.

Dezesseis, pode falar.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Gilson, Vida Serena.

Dezesseis, é isso?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Hugo, Comunidade Terapêutica Caminhar.

Dezessete.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Chileno, Associação Mato-Grossense de Amparo.

Nós temos dezoito.

Quem mais, por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr. Arlindo, Centro de Tratamento Liberdade, de Várzea Grande. Ele falou comigo há pouco, junto com o Gonçalves.

Isso?

Dezenove.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – E tem a Linear, também.

Então, são vinte!

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Centro de Tratamento Signorelli. Desculpa!

Qual é o nome da senhora?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Sr^a Adélia.

Quem mais, por favor.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – São vinte e um.

Recomeço.

Como é seu nome?

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Vinte e dois. Já? Jóia!

Fala!

(PARTICIPANTE DA PLATEIA DIALOGA COM O SECRETÁRIO ADJUNTO – INAUDÍVEL)

O SR. ENÉAS CORRÊA FIGUEIREDO JÚNIOR – Centro Expedito de Tratamento, Sr^a Cineia.

Vinte e três.

Quem mais?

Eu pergunto só para termos...

Sr. Marcos! Nós levantamos... O Sr. Marcos é de gerência de articulação, 2014, foram quantas comunidades? Mais de duzentas. Eu estou dizendo isso, porque o assunto é muito sério. A comunidade terapêutica, as comunidades merecem respeito sim, e assim nós tratamos desde o primeiro momento que estivemos lá, foi um comitê aqui na assembleia, era uma comissão estava o Dr. Mário Kono, estava o Dr. Fachone, Câmara Setorial Temática de apoio às comunidades terapêuticas Deputado Sebastião Rezende, estivemos ano passado por diversas reuniões durante todo ano também no Conselho Estadual de Política sobre drogas com a participação do Dr. Mário em algumas delas e o Dr. Fachone que é o Promotor.

Estivemos ano passado em mais de dezessete municípios, é pouco, temos cento e quarenta um, mas trabalhamos diretamente com aqueles que articulam. À frente estava o Paulo, na época; agora está o Mário Kidá.

O que quero dizer, para finalizar, é que a Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos está de braços abertos para a seriedade com que nós estamos tratando hoje com as comunidades terapêuticas, porque, se estamos aqui com vinte, vinte cinco, trinta comunidades, elas estão tendo uma chancela do Judiciário, do Ministério Público, do Legislativo, a partir do momento em que fizerem a lei, que será após o decreto, não sei... Após será colocado aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER MEDIDAS QUE
POSSIBILITEM A AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO AUXÍLIO FINANCEIRO DO PODER
PÚBLICO PARA AS ENTIDADES QUE PRESTAM ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES
QUÍMICOS, REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017, ÀS 15H.

Então, nós jamais somos contra ou fomos contrários, o que nós buscamos sempre é juntos poder trabalhar com aquelas que são sérias no trabalho realizado.

Eu desejo a todos um ótimo trabalho, estou à disposição de todos. Muito obrigado!

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Quero pedir desculpas ao Vinicius Fernandes, Vinicius quer fazer uso da palavra, mas não será possível pelo horário. O Vinicius se inscreveu por telefone ontem, nós temos uns dez inscritos para falar, não será possível.

(O SR. VINICIUS QUESTIONA O PRESIDENTE - INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Você me perdoa, pelo horário, mas avançamos vinte minutos, a TV Assembleia vai sair do horário.

Ouviremos o Hino de Mato Grosso. Obrigado.

(O HINO DE MATO GROSSO É EXECUTADO)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Nerissa Noujain Salomão Santos;
- Rosilene Ribeiro de França;
- Tânia Maria Pita Rocha.

- Revisão:

- Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antonia de Almeida Maciel;
- Rosivânia Ribeiro de França;
- Sheila Cristiane de Carvalho;
- Solange Aparecida Barros Pereira.